

2
0
1
2

PRESTAÇÃO DE CONTAS
RELATÓRIO DE GESTÃO SEMESTRAL

maia
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

António Gonçalves Bragança Fernandes

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

António Domingos Silva Tiago

VEREADORA

Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho

VEREADOR

Mário Nuno Alves de Sousa Neves

VEREADOR

Paulo Fernando de Sousa Ramalho

VEREADORA

Marta Moreira de Sá Peneda

VEREADOR

Manuel Marques Nogueira dos Santos

VEREADOR

Hernâni Avelino da Costa Ribeiro

VEREADOR

Mário José Gomes Gouveia

VEREADOR

José Manuel Santos Correia

VEREADORA

Maria Inês Loureiro Rodrigues

2

0

1

2

RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS

maia
CÂMARA MUNICIPAL

2
0
1
2

ÍNDICE

maia
CÂMARA MUNICIPAL

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	5
INTRODUÇÃO.....	6
ANÁLISE ORÇAMENTAL.....	7
ANÁLISE ORÇAMENTAL.....	8
ORÇAMENTO INICIAL VERSUS FINAL	8
MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS.....	9
ALTERAÇÕES E REVISÕES	9
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.....	12
EXECUÇÃO DA RECEITA	13
EXECUÇÃO DA DESPESA.....	15
FLUXOS DE CAIXA E CONTAS DE ORDEM	20
<i>Fluxos de Caixa</i>	<i>20</i>
<i>Contas de ordem</i>	<i>21</i>
ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO.....	23
ENQUADRAMENTO	24
ENDIVIDAMENTO – STRICTUO SENSU.....	25
<i>DÍVIDA TOTAL</i>	<i>26</i>
<i>DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO.....</i>	<i>27</i>
<i>DÍVIDA DE CURTO PRAZO.....</i>	<i>32</i>
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	35
ENDIVIDAMENTO – LATO SENSU	35
<i>LIMITES LEGAIS DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL.....</i>	<i>36</i>
<i>ENTIDADES RELEVANTES PARA OS LIMITES LEGAIS.....</i>	<i>37</i>
<i>LIMITE À CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS.....</i>	<i>39</i>
<i>LIMITE AO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICIPAL</i>	<i>44</i>
ANÁLISE ECONÓMICO - FINANCEIRA	49
BALANÇO.....	51
<i>ACTIVO</i>	<i>52</i>
<i>PASSIVO.....</i>	<i>56</i>
<i>FUNDOS PRÓPRIOS.....</i>	<i>59</i>
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	60
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	65
RELATÓRIO SÍNTESE DA SROC	70

2
0
1
2

INTRODUÇÃO

maia
CÂMARA MUNICIPAL

INTRODUÇÃO

Nos termos do disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 48.º da Lei das Finanças Locais, compete ao auditor externo que procede à revisão legal das contas remeter semestralmente ao Órgão Deliberativo do Município informação sobre a respetiva situação económico-financeira.

O presente relatório de gestão semestral encerra, no essencial, e sem que contenha a profundidade e extensão da informação financeira prestada no final de cada exercício económico, uma apreciação síntese da execução orçamental e da situação económica e financeira do Município à data de 30 de junho de 2011.

Considerando a necessidade de sistematizar os diferentes dados inerentes ao universo financeiro e contabilístico, encontra-se assim estruturado:

No primeiro capítulo, desenvolve-se uma avaliação de natureza orçamental, centrada na execução global do orçamento, suas alterações e revisões, assim como nos fluxos de caixa e contas de ordem, seguida de uma breve abordagem à Receita e à Despesa Municipal.

No segundo capítulo, inclui-se uma apreciação detalhada ao endividamento autárquico, questão de fundamental importância no contexto global da administração pública e da organização.

Por último, insere-se uma análise económico-financeira, traduzida pelas considerações de cariz patrimonial ao Balanço e à Demonstração dos Resultados.

2
0
1
2

ANÁLISE ORÇAMENTAL

maia
CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE ORÇAMENTAL

Com o propósito de avaliar a capacidade financeira do município em executar o orçamento proposto desenvolve-se de seguida uma breve comparação entre orçamento inicial, final e o executado (Quadro 1), registando-se que a análise comparativa dos níveis de execução durante este primeiro semestre de 2012 é realizada com base nos dados produzidos em período análogo do ano anterior, reportando-se a taxa de execução da receita à cobrança efetiva e a taxa de execução da despesa às obrigações efetivamente pagas bem como à despesa realizada.

Considerando a inexistência de um orçamento semestral durante o período em análise não é possível alcançar, na quase totalidade das rubricas, taxas de execução de 100%, podendo no limite ser desejável atingir índices de 50%, como é o caso das rubricas que estão associadas a atividades municipais que apresentam um comportamento regular e sistemático ao longo do exercício económico, sendo disso exemplo a maior parte da atividade operacional do município que apresenta grande intermitência.

ORÇAMENTO INICIAL VERSUS FINAL

Quadro 1

ORÇAMENTO DE 2012						
1º Semestre de 2012						
	Previsão			Execução		Taxa de Execução %
	Inicial	Final	Desvio	Valor	Desvio	
Receitas Correntes	58.136.185	58.136.185	0	26.853.575	-31.282.610	46,19%
Receitas de Capital	23.576.730	13.925.511	-9.651.219	2.015.317	-11.910.193	14,47%
Outras Receitas	10.900	10.900	0	2.930	-7.970	26,88%
Saldo da gerência anterior	0	1.651.219	1.651.219	1.651.219	0	100,00%
Total	81.723.815	73.723.815	-8.000.000	30.523.042	-43.200.773	41,40%
Despesas Correntes	47.452.665	46.279.099	-1.173.566	19.616.310	-26.662.789	42,39%
Despesas de Capital	34.271.150	27.444.716	-6.826.434	8.386.762	-19.057.954	30,56%
Total	81.723.815	73.723.815	-8.000.000	28.003.072	-45.720.743	37,98%

Unidade: Euros

O orçamento municipal inicial para o exercício de 2012 foi aprovado pelo valor de 81.723.815€, tendo-se estimado para as receitas correntes 58.136.185€ e para as despesas correntes a dotação inicial de 47.452.665€, assegurando assim o respeito pelo princípio do equilíbrio orçamental.

Quanto às rubricas de capital, o orçamento inicial das despesas foi fixado em 34.271.150€ e o da receita em 23.576.730€, o que de igual modo determina que se estimou que parte das despesas de investimento fosse financiada por receitas de carácter corrente, previsão de financiamento que se tem efetivamente verificado, como atestam os documentos de prestações de contas das anteriores gerências.

Aprovado o orçamento inicial nestes termos, durante o primeiro semestre de 2012 e na sequência de profundas alterações legislativas que manietaram profundamente toda a atividade autárquica, foram as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2012 sujeitas a uma Revisão Orçamental que determinou

uma redução de 8.000.000€ na sua dotação inicial, posicionando a dotação final do Orçamento Municipal em 73.723.815€.

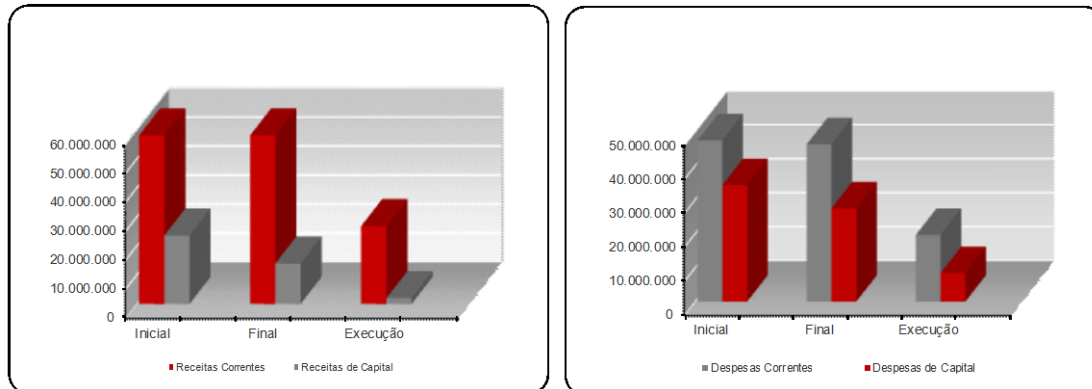
Com efeito, num período de grave recessão económica se a Lei do Orçamento do Estado para 2012, e respetivas normas de execução orçamental, já continha várias disposições cerceadoras da atividade executória dos Orçamentos Municipais, com a entrada em vigor da Lei nº 8/2012, designada como a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), a teia legal que passou a envolver toda a atividade autárquica é muito restritiva pois foram introduzidas condicionantes severas e bastante rígidas ao normal desenvolvimento e execução dos Orçamentos municipais pelo que, e principalmente por estas razões, considerou-se ajustado efetuar esta revisão.

Para além desta revisão, as demais modificações realizadas ao orçamento, sistematizadas no Gráfico 1, consubstanciaram-se em meros reajustamentos entre rubricas de classificação económica e não tiveram qualquer impacto na dotação global do orçamento.

Por conta desta dotação final orçada, o total da despesa executada ascende a 28.003.072€ e o total da receita cobrada a 30.523.042€, o que reflete taxas de execução na ordem dos 38% e 41%, respetivamente.

Gráfico 1

**COMPARAÇÃO ENTRE ORÇAMENTO INICIAL, FINAL E EXECUTADO
1.º SEMESTRE DE 2012**



MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS

ALTERAÇÕES E REVISÕES

Porque em matéria de execução orçamental muitas das vezes é necessário reforçar e ou anular a dotação das rubricas tendo em vista adequar os valores previstos às efetivas realidades do período de gestão, durante o ciclo em apreço foi necessário proceder a dez modificações orçamentais, das quais oito alterações e duas revisões nos termos a seguir identificados, tendo uma das Revisões às Grandes Opções do Plano e Orçamento um impacto de (-) 8.000.000€ na dotação global do orçamento, como já foi mencionado.

Quadro 2

NATUREZA DAS MODIFICAÇÕES		
1.º SEMESTRE DO ANO 2012		
	Alterações	Revisões
Orçamento da Despesa	8	2
Plano Plurianual de Investimentos	4	1
Plano de Actividades Mais Relevantes	8	1
Orçamento da Receita	1	1

Unidade: Número

Centrando a nossa análise na forma como evoluíram as dotações orçamentais, face aos sucessivos ajustamentos efetuados nos diferentes capítulos económicos da Despesa e da Receita, que se encontram sistematizados nos quadros seguintes (Quadro 3 e Quadro 4) que agregam os reforços, as anulações e as reduções efetuadas ao valor inicial do orçamento, é possível retirar as conclusões a seguir enunciadas.

Quadro 3

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS À DESPESA								
1.º SEMESTRE DE 2012								
Capítulos	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes	47.452.665	58,06%	3.183.869	4.357.435	46.279.099	62,77%	-1.173.566	-2,47%
01 Despesas com o pessoal	19.998.715	24,47%	1490.600	1631391	19.857.924	26,94%	-140.791	-0,70%
02 Aquisição de Bens e Serviços	19.356.500	23,69%	1319.894	1878.406	18.797.988	25,50%	-558.512	-2,89%
03 Juros e Outros Encargos	1573.050	1,92%	26.000	0	1599.050	2,17%	26.000	1,65%
04 Transferências Correntes	3.007.900	3,68%	172.876	102.323	3.078.453	4,18%	70.553	2,35%
05 Subsídios	2.318.100	2,84%	39.500	700.066	1.657.534	2,25%	-660.566	-28,50%
06 Outras Despesas Correntes	1.198.400	1,47%	135.000	45.250	1.288.150	1,75%	89.750	7,49%
Despesas Capital	34.271.150	41,94%	295.564	7.121.998	27.444.716	37,23%	-6.826.434	-19,92%
07 Aquisição de Bens de Investimento	20.986.500	25,68%	295.564	4.989.610	16.292.454	22,10%	-4.694.046	-22,37%
08 Transferências de capital	5.538.150	6,78%	0	1.860.566	3.677.584	4,99%	-1.860.566	-33,60%
09 Activos Financeiros	280.350	0,34%	0	271.822	8.528	0,01%	-271.822	-96,96%
10 Passivos Financeiros	7.466.050	9,14%	0	0	7.466.050	10,13%	0	0,00%
11 Outras Despesas de Capital	100	0,00%	0	0	100	0,00%	0	0,00%
TOTAL	81.723.815	100,00%	3.479.433	11.479.433	73.723.815	100,00%	-8.000.000	-9,79%

Un: Euros

Em consequência das oito alterações realizadas ao orçamento da despesa registaram-se reforços no valor global de 3.479.433€ que tiveram como única contrapartida a redução de dotações em diversas rubricas que se encontravam excessivamente dotadas.

A modificação positiva de maior significado, balanceando reforços e anulações, foi no âmbito das *Despesas Correntes*, na componente das “Outras Despesas Correntes”, no valor de 89.750€, para satisfazer as despesas inerente às rubricas de “*Encargos Sentenças de Tribunal*” e “*Outras*”, determinadas na sua maioria por imposições legais levadas ao nosso conhecimento no decurso deste ano, impossíveis de prever aquando da elaboração do orçamento inicial.

Apreciação similar em matéria de modificação negativa remete-nos para a anulação de (-) 4.694.046€ na rubrica de *Aquisição de Bens de Investimento*, sobretudo devido à redução registada na dotação global do orçamento.

Na alçada do Plano Plurianual de Investimentos nenhuma das quatro alterações formalizadas implicou qualquer aumento da dotação global do orçamento, tendo como único objetivo reajustamentos de

natureza diversa na despesa associada a vários projetos, tendo o mesmo se verificado nas oito alterações efetuadas ao Plano das Atividades Mais Relevantes.

No Capítulo das Revisões, foram materializadas duas, a primeira foi unicamente ao orçamento de despesa e teve como único objetivo a inscrição das classificações económicas 04.08.02 e 02.02.12 nas Orgânicas 08 (Departamento de Serviços de Conservação e Manutenção de Estruturas Municipais) e 04 (Departamento de Gestão de Recursos Humanos), em contrapartida das dotações previstas nas despesas com pessoal indexadas à celebração de contratos de emprego – inserção, em conformidade com as instruções divulgadas na Circular n.º 1/DSAJAL/DAAL/NG, Ficha de Apoio Técnico n.º 5/2009/RC (Revisão da FAT n.º 4/2005/RC), e nos termos do Regulamento Interno do Grupo SATAPOCAL.

De igual modo se regista que esta Revisão não originou qualquer aumento da dotação inicial do Orçamento para o ano 2012, uma vez que se procedeu apenas a uma reafectação entre rubricas.

Comportamento inverso está indexado à segunda Revisão, que teve como objetivo diminuir o valor da dotação inicial do orçamento, integrando um valor total de (-) 8.000.000,00€, a que corresponde uma redução de (-) 9,79% na dotação final do orçamento, traduzida da seguinte forma:

- ✓ “Despesas Corrente” (-) 1.254.746,15€
- ✓ “Despesas de Capital” (-) 6.745.253,85€

Esta diminuição do valor global das dotações iniciais das “Grandes Opções do Plano e Orçamento”, para o ano 2012, posicionou o Orçamento Municipal em 73.723,815€, pelos fundamentos acima referidos.

A presente Revisão foi aprovada na reunião extraordinária da Câmara realizada em 14 de Junho de 2012 e homologada pela Assembleia Municipal na sua 3.ª Sessão Ordinária, realizada no dia 27 do mesmo mês, nos termos da alínea b), do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

Quadro 4

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS À RECEITA								
1.º SEMESTRE DE 2012								
Capítulos	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes	58.136.185	71,14%	0	0	58.136.185	78,86%	0	0,00%
01 Impostos Directos	32.861.400	40,21%	0	0	32.861.400	44,57%	0	0,00%
02 Impostos Indirectos	4.904.300	6,00%	0	0	4.904.300	6,65%	0	0,00%
04 Taxas, Multas e outras Penalidades	1.063.900	1,30%	0	0	1.063.900	1,44%	0	0,00%
05 Rendimentos de Propriedade	2.512.800	3,07%	0	0	2.512.800	3,41%	0	0,00%
06 Transferências Correntes	13.072.285	16,00%	0	0	13.072.285	17,73%	0	0,00%
07 Venda de Bens e Prestações de Serviços	3.307.400	4,05%	0	0	3.307.400	4,49%	0	0,00%
08 Outras Receitas Correntes	414.100	0,51%	0	0	414.100	0,56%	0	0,00%
Receitas Capital	23.576.730	28,85%	0	9.651.219	13.925.511	18,89%	-9.651.219	-40,94%
09 Venda de Bens de Investimento	18.273.505	22,36%	0	9.651.219	8.622.286	11,70%	-9.651.219	-52,82%
10 Transferência de Capital	5.200.625	6,36%	0	0	5.200.625	7,05%	0	0,00%
11 Activos Financeiros	16.900	0,02%	0	0	16.900	0,02%	0	0,00%
12 Passivos Financeiros	0	0,00%	0	0	0	0,00%	0	-
13 Outras Receitas de Capital	85.700	0,10%	0	0	85.700	0,12%	0	0,00%
Outras Receitas	10.900	0,01%	1.651.219	0	1.662.119	2,25%	165.1219	15148,80%
15 Reposições não abatidas nos Pagamentos	10.900	0,01%	0	0	10.900	0,01%	0	0,00%
16 Saldo da Gestão Anterior	0	0,00%	1651219	0	1651219	2,24%	1651219	-
TOTAL	81.723.815	100,00%	1.651.219	9.651.219	73.723.815	100,00%	-8.000.000	-9,79%

Un: Euros

A única alteração formalizada ao Orçamento da Receita teve por fim integrar o “Saldo Transitado da Gerência Anterior” no montante de 1.651.219€, sem ter qualquer impacto na dotação global do orçamento ao proceder-se ao respetivo ajustamento por via da diminuição do saldo da rubrica “Venda de Bens de Investimento”, com dotação excedentária, perante a reiterada impossibilidade de concretizar um conjunto de expectativas de arrecadação de receita por circunstâncias associadas à conjuntura económica desfavorável e alheias à vontade do executivo municipal.

Na alçada da segunda Revisão às “Grandes Opções do Plano e Orçamento”, que abrangeu também o orçamento da receita, a mesma rubrica “Venda de Bens de Investimento” sofreu no cômputo geral uma redução no valor de (-) 8.000.000€, o que corresponde a uma diminuição das dotações iniciais do orçamento em (-) 9,79%, já explanada.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Quadro 5

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL								
	1.º SEM ESTRE 2011				1.º SEM ESTRE 2012			
	Previsão Final	Execução	Desvio	Taxa Execução %	Previsão Final	Execução	Desvio	Taxa Execução %
Receitas Correntes	61366.560	27.166.991	-34.199.569	44,27%	58.136.185	26.853.575	-31.282.610	46,19%
Receitas de Capital	29.062.951	2.665.667	-26.397.283	9,17%	13.925.511	2.015.317	-11.910.193	14,47%
Outras Receitas	11.200	731	-10.469	6,53%	10.900	2.930	-7.970	26,88%
Saldo da gerência anterior	352.574	352.574	0	100,00%	1651219	1651219	0	100,00%
Total	90.793.285	30.185.964	-60.607.321	33,25%	73.723.815	30.523.042	-43.200.773	41,40%
Despesas Correntes	48.506.985	20.450.059	-28.056.927	42,16%	46.279.099	19.616.310	-26.662.789	42,39%
Despesas de Capital	42.286.300	8.431.721	-33.854.579	19,94%	27.444.716	8.386.762	-19.057.954	30,56%
Total	90.793.285	28.881.779	-61.911.506	31,81%	73.723.815	28.003.072	-45.720.743	37,98%

Un: Euros

Apreciando o Quadro 5, conclui-se que os níveis de execução orçamental das diferentes rubricas de classificação económica apesar de reduzirem apresentam, comparativamente ao período homólogo do ano anterior, um aumento da sua taxa de execução orçamental.

EXECUÇÃO DA RECEITA

Quadro 6

Estrutura Geral da Receita						
Descrição	1.º Semestre 2011		1.º Semestre 2012		Variação da Cobrança 2011/2012	
	Execução (a)	Dotação Final (b)	Execução (c)	Taxa de Execução (c)/(b)	Valor (c)-(a)	Variação [(c)-(a)]/a
Receitas Correntes:	27.166.991	58.136.185	26.853.575	46,19%	-313.416	-1,15%
Impostos Diretos	14.870.692	32.861.400	15.254.673	46,42%	383.981	2,58%
Imposto Municipal s/ Imóveis	10.230.228	8.375.900	11.240.787	61,17%	1.010.559	9,88%
Imposto Único de Circulação	1.230.950	2.289.000	1.373.799	60,02%	142.850	11,60%
Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas de Imóveis	3.394.872	6.340.200	2.313.738	36,49%	-1.081.134	-31,85%
Derrama	0	5.654.600	318.519	5,63%	318.519	
Impostos Abolidos	14.643	181.200	7.830	4,32%	-6.813	-46,52%
Impostos diretos diversos	0	20.500	0	0,00%	0	
Impostos Indirectos, Taxas, Multas e Outras Penalidades	2.561.896	5.968.200	1.816.357	30,43%	-745.539	-29,10%
Mercados e Feiras	17.265	41.700	15.148	36,33%	-2.117	-12,26%
Loteamentos e Obras	1.004.148	3.052.100	654.102	21,43%	-350.046	-34,86%
Ocupação da Via Pública	814.669	1.984.000	682.541	34,40%	-132.128	-16,22%
Publicidade	330.517	340.900	242.081	71,01%	-88.436	-26,76%
Caça, uso e porte de arma	0	100	3	3,03%	3	
Multas e Outras Penalidades	260.413	271.200	95.391	35,17%	-165.022	-63,37%
Outros	134.884	278.200	127.091	45,68%	-7.793	-5,78%
Rendimentos de Propriedade	1.203.109	2.512.800	1.227.092	48,83%	23.983	1,99%
Transferências Correntes	6.701.075	13.072.285	6.518.165	49,86%	-182.910	-2,73%
Venda de Bens e Prestação de Serviços	1.776.517	3.307.400	1.970.603	59,58%	194.085	10,93%
Outras Receitas Correntes	53.701	414.100	66.684	16,10%	12.983	24,18%
Receitas de Capital:	2.665.667	13.925.511	2.015.317	14,47%	-650.350	-24,40%
Venda de Bens de Investimento	23.613	8.622.286	0	0,00%	-23.613	-100,00%
Transferências de Capital	2.639.938	5.200.625	1611.645	30,99%	-1.028.293	-38,95%
Activos Financeiros	2.116	16.900	3.672	21,73%	1.556	73,55%
Passivos Financeiros	0	0	0		0	
Outras Receitas de Capital	0	85.700	400.000	466,74%	400.000	
Outras Receitas (Rep. não abatidas nos pag.)	731	10.900	2.930	26,88%	2.199	300,85%
Total das Receitas	29.833.389	72.072.596	28.871.823	40,06%	-961.566	-3,22%
Saldo da Gerência Anterior	352.574	1.651.219	1.651.219			
Total da Receita com saldo da Gerência Anterior	30.185.964	73.723.815	30.523.042	41,40%	337.078	1,12%

No primeiro semestre de 2012, a receita cobrada bruta atingiu o montante de 28.871.823 €, traduzindo uma diminuição de (-) 3,22% face ao período homólogo do ano transato, confirmando-se a tendência decrescente verificada nas últimas gerências.

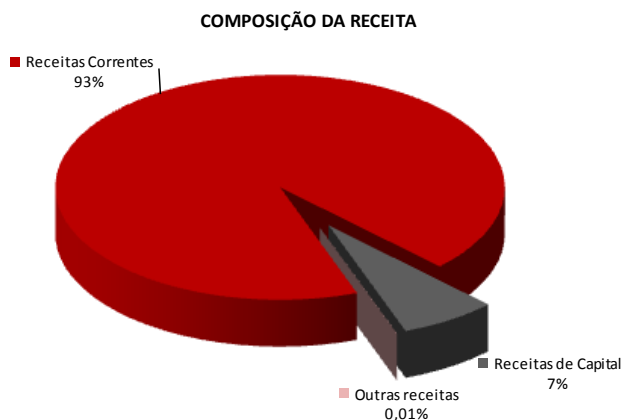
Tal comportamento, encontra-se influenciado pelas variações negativas ocorridas nos dois agrupamentos da receita, corrente e de capital, onde predomina a influência das de capital, designadamente por via das Transferências, com uma redução de (-)1.028.293€, em especial oriunda da participação comunitária em projetos cofinanciados, bem como dos Impostos Indirectos, Taxas Multas e Outras Penalidades, com (-) 745.539 €, em particular das rubricas Loteamentos e Obras, Multas e Outras penalidades e Ocupação da Via Pública.

Note-se porém, que só a rubrica de Loteamentos e Obras, apresenta uma diminuição de cerca de (-) 35% face a período homólogo, (-) 350.046€, o que acentua o decréscimo evidenciado desde 2008 nesta tipologia de receita, fortemente influenciada pelo período de recessão económica que se tem vivido.

Por sua vez, com tendência inversa a componente de Impostos Diretos apresenta um desempenho de (+) 2,58% impulsionada pelas variações positivas do IMI (+) 1.010.559€, da Derrama (+) 318.519€ e do IUC (+) 142.850€, que acabam por atenuar o impacto negativo proveniente do IMT (-) 1.081.134 €.

Pese embora o desempenho positivo da Derrama, regista-se que os valores cobrados se reportam a ajustamentos por conta de apuramentos transitados de IRC, uma vez que a sua entrada nos cofres da autarquia normalmente ocorre durante o mês de Agosto e Setembro, razão pela qual tal aumento não é elucidativo do comportamento estimado para esta receita, que por força do enquadramento macroeconómico altamente recessivo se prevê que vá reduzir.

Gráfico 2



À semelhança de exercícios anteriores importa anotar a relevância das receitas correntes que avocam para si cerca de 93% do total da receita, dos quais se destacam pela sua materialidade, os Impostos Diretos e as Transferências Correntes.

No que concerne à execução orçamental, apenas de referir que a mesma atingiu na primeira metade de 2012 cerca de 40%, valor superior ao verificado em período homólogo do ano anterior.

EXECUÇÃO DA DESPESA

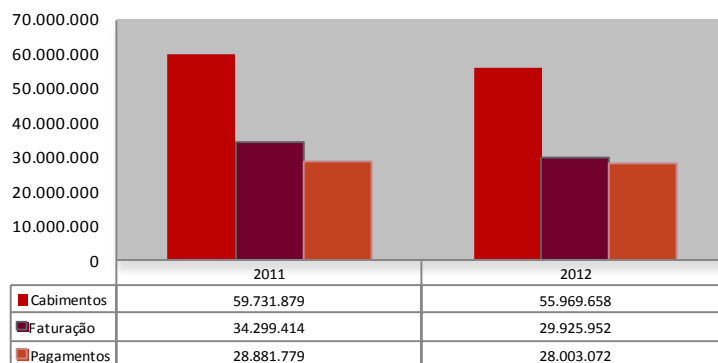
Quadro 7

EXECUÇÃO DA DESPESA													
1.º Semestre de 2012													
	Dotações Corrigidas 2012	Cabimentos		Tx cresc 2011-2012	Faturação		Tx cresc 2011-2012	Pagamentos		Tx cresc 2011-2012	Tx Execução 2012		
		2011	2012		2011	2012		2011	2012		Cabimentos/ Dotações	Pagamentos/ Cabimentos	Pagamentos / Faturação
Pessoal	19.857.924	10.143.760	9.943.695	-2,0%	9.433.122	8.748.358	-7,3%	9.422.950	8.728.915	-7,4%	50,1%	87,8%	99,8%
Aquisição de Bens e Serviços	18.797.988	15.964.311	15.519.562	-2,8%	8.999.521	7.939.243	-11,8%	7.185.182	7.243.865	0,8%	82,6%	46,7%	91,2%
Juros e Outros Encargos	1.599.050	1.606.924	1.578.422	-1,8%	843.187	767.490	-9,0%	843.156	767.490	-9,0%	98,7%	48,6%	100,0%
Transferências Correntes	3.078.453	2.855.243	2.262.759	-20,8%	1.699.111	1.419.001	-16,5%	1.593.863	1.397.326	-12,3%	73,5%	61,8%	98,5%
Subsídios	1.657.534	2.618.000	1.657.434	-36,7%	309.000	1.198.434	287,8%	309.000	1.198.434	287,8%	100,0%	72,3%	100,0%
Outras Despesas Correntes	1.288.150	1.141.518	1.103.194	-3,4%	1.122.609	366.622	-67,3%	1.095.907	280.279	-74,4%	85,6%	25,4%	76,4%
Total despesas correntes	46.279.099	34.329.755	32.065.068	-6,6%	22.406.550	20.439.147	-8,8%	20.450.059	19.616.310	-4,1%	69,3%	61,2%	96,0%
Aquisição de Bens de Capital	16.292.454	14.501.644	13.401.373	-7,6%	6.284.389	3.586.003	-42,9%	3.636.126	3.350.492	-7,9%	82,3%	25,0%	93,4%
Transferências de Capital	3.677.584	3.335.013	3.029.311	-9,2%	1.857.782	2.169.512	16,8%	1.060.028	1.304.979	23,1%	82,4%	43,1%	60,2%
Activos Financeiros	8.528	100.854	8.178	-91,9%	19.569	0	-100,0%	4.444	0	-100,0%	95,9%	0,0%	S/Var
Passivos financeiros	7.466.050	7.464.613	7.465.729	0,0%	3.731.123	3.731.290	0,0%	3.731.123	3.731.290	0,0%	100,0%	50,0%	100,0%
Outras Despesas de Capital	100	0	0		0	0		0	0		0,0%		
Total despesas capital	27.444.716	25.402.124	23.904.590	-5,9%	11.892.864	9.486.805	-20,2%	8.431.721	8.386.762	-0,5%	87,1%	35,1%	88,4%
TOTAL	73.723.815	59.731.879	55.969.658	-6,3%	34.299.414	29.925.952	-12,8%	28.881.779	28.003.072	-3,0%	75,9%	50,0%	93,6%

Un: Euros

Gráfico 3

EXECUÇÃO DA DESPESA



Da observação dos dados verifica-se no final deste semestre, em relação ao período homologado, uma diminuição do total dos cabimentos em (-) 6,3%, acompanhada de um decréscimo da faturação total de cerca de (-) 13%, influenciado pelos dois capítulos da despesa, corrente e de capital, com maior predomínio desta última, em resultado na sua maioria de uma diminuição da faturação transitada do exercício anterior, conforme espelha o quadro seguinte (Quadro 8).

Quadro 8

EVOLUÇÃO DA DESPESA FATURADA						
1.º Semestre de 2012						
	2011		2012		Variação da Nova Faturação 2011/2012	
	Transitada de 2010	Nova Faturação Junho	Transitada de 2011	Nova Faturação Junho	Variação	Taxa Crescimento
Pessoal	42.100	9.391.021	55.934	8.692.423	-698.598	-7,4%
Aquisição de Bense Serviços	2.248.093	6.751.428	954.140	6.985.103	233.675	3,5%
Aquisição de Bens	474.281	1.235.057	149.916	1.310.365	75.308	6,1%
Aquisição de Serviços	1.773.812	5.516.371	804.224	5.674.738	158.367	2,9%
JuroseOutrosEncargos	0	843.187	0	767.490	-75.696	-9,0%
TransferênciasCorrentes	230.540	1.468.572	27.104	1.391.897	-76.675	-5,2%
Subsídios	0	309.000	0	1.198.434	889.434	287,8%
OutrasDespesasCorrentes	21.376	1.101.233	1.504	365.117	-736.116	-66,8%
Total despesas correntes	2.542.109	19.864.441	1.038.682	19.400.465	-463.976	-2,3%
Aquisição de Bensde Capital	4.252.262	2.032.128	805.525	2.780.478	748.350	36,8%
Transferênciasde Capital	988.289	869.494	1.070.997	1.098.515	229.021	26,3%
ActivosFinanceiros	0	19.569	0	0	-19.569	-100,0%
Passivosfinanceiros	0	3.731.123	0	3.731.290	167	0,0%
OutrasDespesasde Capital	0	0	0	0	0	
Total despesas capital	5.240.550	6.652.314	1.876.522	7.610.283	957.969	14,4%
TOTAL	7.782.659	26.516.755	2.915.205	27.010.748	493.993	1,9%

Un: Euros

*A faturação transitada está atualizada tendo em conta os movimentos de estorno que se efetuaram em 2012 e que respeitam a faturação de anos anteriores

Centrando a análise na faturação nova realizada em 2012, comparativamente ao semestre do ano transato, apesar das despesas correntes reduzirem (-) 2,3%, constata-se um aumento global da despesa de (+) 1,9%, (+) 493.993€, fruto sobretudo do comportamento das despesas de capital ao apresentarem uma taxa de crescimento de 14,4%, onde se destacam as variações ocorridas nas rubricas de *Aquisição de Bens de Capital* (+) 36,8% e *Transferências de Capital* (+) 26,3%, traduzidas na concretização de alguns projetos, nomeadamente na:

- “Construção de habitação social com vista a realojamento de famílias de etnia cigana”;
- “Construção da Via Periférica Sudeste da cidade entre a Rua de S. Romão, Rua de Santo Condestável, Rua D. Sílvia Teixeira, Rua D. Manuel II – E.N. 107”;
- “Articulação com o nó de acesso ao IC24-A41 na freguesia de Vermoim”;
- “Comparticipação na construção do Edifício-Sede da Junta de Freguesia de Águas Santas”.

Com comportamento inverso temos assim o agrupamento das *Despesas Correntes*, que no seu cômputo geral contribuem com a citada diminuição de (-) 2,3% da nova faturação realizada, (-) 463.976€, sendo decisiva a orientação evidenciada pelas rubricas de *Outras Despesas Correntes*, (-) 736.116€, e de *Pessoal*, (-) 698.598€.

Para o resultado obtido na componente de *Pessoal*, de (-) 7,4%, além da redução do número de funcionários, foi determinante a medida imposta em sede de LOE 2012, de suspensão do pagamento de subsídio de férias e de natal aos trabalhadores com remuneração base superior a 1.100€ e de redução

àqueles que auferem entre 600€ e 1.100€, aplicando-se, de igual modo, a suspensão do subsídio de natureza análoga aos membros dos órgãos autárquicos.

Em contraciclo no seio destas despesas correntes, afiguram-se as rubricas de *Subsídios*, (+) 287,8%, e *Aquisição de Bens e Serviços*, (+) 3,5%, sobre as quais importa tecer algumas considerações que determinariam uma inflexão da tendência crescente apresentada.

Com efeito, o montante do acréscimo de (+) 889.434€ nos *Subsídios* é integralmente explicado pela ausência de faturação do subsídio à exploração da Empresa Municipal Maiambiente durante o primeiro semestre de 2011, devido ao atraso na concessão de Visto do Tribunal de Contas ao contrato de gestão aprovado para o período 2011-2013. Uma vez visado este contrato durante o primeiro semestre de 2011 ficariam reunidas as condições para aquela empresa faturar mensalmente, o que no semestre totalizaria 1.000.000€, facto que anularia integralmente aquele aumento. Neste pressuposto, considerando que o montante anual deste subsídio atribuído em 2012 desceu 300.000€, verificar-se-ia um decréscimo da faturação realizada em 2012 em matéria de *Subsídios*, *Despesas Correntes* e *Despesa Total*, o que posicionar-se-ia tais despesas nos (-) 8%, (-) 7% e (-) 2%, respetivamente.

Por outro lado, uma parte significativa do agravamento da faturação da categoria de *Aquisição de Bens e Serviços*, foi determinada por uma imposição legal concretizada no ano em curso e impossível de controlar, como é o caso dos encargos de cobrança de receita para financiamento da avaliação geral dos prédios urbanos materializados pela Portaria 106/2012 de 18 de Abril. Tal circunstância completamente alheia ao controlo do município implicou que 5% da receita tributária do IMI arrecadada em Maio fosse destinada para esse efeito o que provocou um agravamento direto da despesa em aquisição de bens e serviços na ordem dos 490.000€, cuja inexistência, acrescida aos normais encargos desta natureza, determinaria uma inversão da sua tendência crescente que infletiria, traduzindo assim uma efetiva redução (-) 4% da nova faturação da rubrica de *Aquisição de Bens e Serviços*.

Atesta-se ainda, que em matéria de *Aquisição de Bens e Serviços*, uma apreciação detalhada da nova faturação evidencia também um comportamento diferenciado nas suas diversas componentes, como é visível nos quadros seguintes (Quadro 9 e Quadro 10).

Quadro 9

EVOLUÇÃO DA DESPESA FATURADA				
AQUISIÇÃO DE BENS				
1.º Semestre de 2012				
	2011	2012	Variação 2011/2012	
	Nova faturação	Nova faturação	Valor	%
Matérias-primas e subsidiárias	121.909	72.210	-49.699	-40,8%
Combustíveis e lubrificantes				
Gasolina	23.811	27.754	3.944	16,6%
Gasóleo	120.525	114.793	-5.732	-4,8%
Outros	34.097	16.271	-17.827	-52,3%
Munições, explosivos e artificios	0	0	0	
Limpeza e higiene	25.579	5.475	-20.104	-78,6%
Alimentação - Refeições confeccionadas	704.289	951.383	247.094	35,1%
Alimentação - Géneros para confeccionar	1.882	1.378	-504	-26,8%
Vestuário e artigos pessoais	29.285	7.022	-22.262	-76,0%
Material de escritório	26.214	15.219	-10.995	-41,9%
Produtos químicos e farmacêuticos	23.582	20.838	-2.743	-11,6%
Produtos vendidos nas farmácias	0	0	0	
Material de consumo clínico	177	261	83	47,1%
Material de transporte - Peças	12.663	15.237	2.574	20,3%
Material de consumo hoteleiro	16	0	-16	-100,0%
Outro material - Peças	2.501	1.462	-1.039	-41,5%
Prémios, condecorações e ofertas	6.940	6.173	-767	-11,1%
Mercadorias para venda				
Outros	0	0	0	
Ferramentas e utensílios	3.815	2.103	-1.713	-44,9%
Livros e documentação técnica	437	46	-391	-89,5%
Artigos honoríficos e de decoração	0	0	0	
Material de educação, cultura e recreio	13.968	8.638	-5.330	-38,2%
Outros bens	83.367	44.103	-39.263	-47,1%
TOTAL	1.235.057	1.310.365	75.308	6,1%

Un: Euros

* A faturação transitada está atualizada tendo em conta os movimentos de estorno que se efetuaram em 2012 e que respeitam a faturação de anos anteriores

A despesa faturada com aquisição de bens apresenta um aumento de (+) 75.308 €, que corresponde a uma variação de (+) 6,1%. Tal variação foi instigada pelo impulso considerável de (+) 247.094 € na rubrica *Alimentação – Refeições confeccionadas*, referindo-se sobretudo ao fornecimento de refeições nas Escolas do Ensino Básico e Pré-Escolar da rede pública do Concelho, e que fruto da sua natureza não é controlável pelos serviços, e que por força do aumento do IVA de 13% para 23% também aparece agravada neste exercício.

Outras rubricas como a aquisição de gasolina, material de transporte e material de consumo clínico apresentam contributos positivos, no entanto muito pouco significativos.

Quadro 10

EVOLUÇÃO DA DESPESA FATURADA				
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS				
1.º Semestre de 2012				
	2011	2012	Variação 2011/2012	
	Nova faturação	Nova faturação	Valor	%
Encargos de instalações	1.004.911	1.243.517	238.606	23,7%
Limpeza e higiene	50.884	61.791	10.907	21,4%
Conservação de bens	114.132	38.689	-75.443	-66,1%
Locação de edifícios	0	0	0	
Locação de material de informática	0	0	0	
Locação de outros bens	211.108	163.943	-47.165	-22,3%
Comunicações	130.962	134.664	3.701	2,8%
Transportes	277.324	216.987	-60.337	-21,8%
Representação dos serviços	7.097	839	-6.258	-88,2%
Seguros	54.286	93.406	39.120	72,1%
Deslocações e estadas	16.504	8.541	-7.962	-48,2%
Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	152.899	171.647	18.747	12,3%
Formação	2.307	7.630	5.323	230,7%
Seminários, exposições e similares	250	4.056	3.806	1522,6%
Publicidade	122.528	18.515	-104.014	-84,9%
Vigilância e segurança	305.027	232.516	-72.510	-23,8%
Assistência técnica	99.566	135.347	35.780	35,9%
Outros trabalhos especializados	1.303.251	986.023	-317.229	-24,3%
Utilização de infra-estruturas de transportes	0	0	0	
Serviços de saúde	1.120	0	-1.120	-100,0%
Outros serviços especializados	0	0	0	
Encargos de cobrança de receitas	355.309	876.069	520.760	146,6%
Outros serviços				
Iluminação pública	1.171.825	1.208.701	36.876	3,1%
Outros serviços	135.079	71.859	-63.221	-46,8%
TOTAL	5.516.371	5.674.738	158.367	2,9%

Un: Euros

* A faturação transitada está atualizada tendo em conta os movimentos de estorno que se efetuaram em 2012 e que respeitam a faturação de anos anteriores

A aquisição de serviços apresenta um acréscimo de (+) 2,9%, influenciado sobretudo pela variação ocorrida nas rubricas de *Encargos de Cobrança de Receitas*, (+) 146%, que em termos absolutos se traduziu em (+) 520.760€, e de *Encargos de Instalações* com um incremento de (+) 23,7%.

O aumento dos *Encargos de Cobrança de Receitas*, como já foi referido, resultou de uma imposição legal que implicou a retenção de 5% da receita tributária do IMI para efeitos de cobertura dos encargos relacionados com a avaliação geral dos prédios urbanos, prevista no orçamento de estado para 2012 e materializada pela Portaria 106/2012 de 18 de Abril.

No que toca aos *Encargos de Instalações*, a variação ocorrida, encontra-se justificada essencialmente pelo aumento da taxa de IVA de 6% para 23%, o que necessariamente implica de forma direta um

acréscimo de (+) 17% na faturação de alguns bens e serviços imprescindíveis ao funcionamento normal da instituição, como sejam, os consumos correntes da eletricidade e de gás.

A contribuírem de forma menos significativa, face ao montante total de nova faturação de Aquisição de Serviços, surgem as rubricas de *Seguros, Iluminação Pública, Assistência Técnica e Estudos, pareceres, projetos e consultadoria*, que no seu cômputo global apresentam uma variação positiva de 130.523 €.

Todavia, relativamente ao aumento assinalado na faturação da *Iluminação Pública*, reiteram-se as considerações registadas em matéria de encargos de instalações, sendo de assinalar que face às implicações decorrentes do aumento da taxa aplicável do Iva de 6% para 23%, e da atualização da tarifa de 4%, em toda a energia elétrica, este aumento de (+) 3,1% reflete bem o esforço que tem sido realizado pelos serviços municipais no sentido da redução dos consumos desta natureza.

No sentido da redução, a espelharem decréscimos significativos, destacam-se, as rubricas de *Outros Trabalhos Especializados (-) 24,3%, Publicidade (-) 84,9%, Conservação de Bens (-) 66,1%, Vigilância e Segurança (-) 23,8%*, que na sua globalidade conferem uma diminuição de (-) 569.196 € nos níveis da despesa.

FLUXOS DE CAIXA E CONTAS DE ORDEM

Fluxos de Caixa

Quadro 11

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA				
1º Semestre de 2012				
Recebimentos		Pagamentos		
Saldo da gerência anterior		6.192.689	Despesas Orçamentais	28.003.072
Execução Orçamental	1.651.219		Correntes	19.616.310
Operações de Tesouraria	311.099		Capital	8.386.762
Cauções em dinheiro	4.230.371			
Receitas Orçamentais		28.871.823	Dotações não Orçamentais	1.674.624
Correntes	26.853.575		Operações de Tesouraria	1.456.471
Capital	2.015.317		Cauções em dinheiro	218.153
Outras	2.930			
Dotações não orçamentais		1.678.493	Saldo para o início do 2º Semestre	7.065.309
Operações de Tesouraria	1.468.706		Execução Orçamental	2.519.970
Cauções em dinheiro	209.788		Operações de Tesouraria	323.333
			Cauções em dinheiro	4.222.006
Total		36.743.005	Total	36.743.005

Unidade: Euros

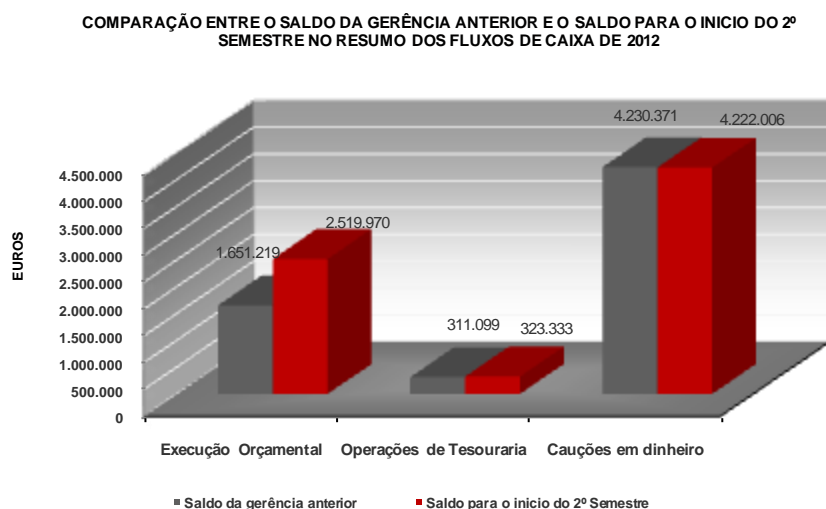
O quadro precedente (Quadro 11) retrata de forma resumida os movimentos dos fluxos de caixa ocorridos durante este período, traduzindo assim toda a execução orçamental, relacionando e contrabalançando os recebimentos e pagamentos, tanto ao nível de operações orçamentais como não orçamentais, as designadas operações de tesouraria e cauções em dinheiro que mais não são do que cobranças que os serviços autárquicos realizam para terceiros, funcionando como operações de entradas e saídas de fundos à margem do orçamento, que só são objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial.

Da avaliação dos dados conclui-se que entraram fundos no valor 30.550.316 €, dos quais 28.871.823 € são provenientes de receitas orçamentais, e 1.678.493 € de receitas não orçamentais, destas 1.468.706€ por via de operações de tesouraria e 209.788€ de cauções em dinheiro.

No cômputo geral dos pagamentos concretizados regista-se que do total de disponibilidades saídas no montante de 29.677.696€ a quota-parte de natureza orçamental ascendeu a 28.003.072€ e o valor residual de 1.674.624€ a operações não orçamentais, na sua maioria por conta de operações de tesouraria.

Em resultado deste balanceamento entre pagamentos e recebimentos, transita para o segundo semestre um saldo de 7.065.309€, cujo valor de maior monta corresponde às operações não orçamentais mais concretamente às cauções em dinheiro que assumem 4.222.006€.

Gráfico 4



Contas de ordem

As contas de ordem têm por finalidade contabilizar factos ou circunstâncias que não produzem modificações no património da autarquia, mas que representam possibilidades de futuras alterações ao mesmo, sendo de assinalar que em conformidade com o entendimento do Tribunal de Contas só estão aqui refletidas as cauções e depósitos de garantia que revestem a forma de seguro caução, garantia bancária ou outra forma semelhante titulada por um documento. Assim foram excluídas as cauções em dinheiro constando as mesmas do mapa de fluxos de caixa.

Quadro 12

RESUMO DAS CONTAS DE ORDEM				
1º Semestre de 2012				
Saldo da gerência anterior		34.960.170	Garantias accionadas	0
Garantias:				
A favor da autarquia	27.954.025		Garantias devolvidas	1.826.129
A favor de terceiros	5.437.928		A favor da autarquia	1.826.129
Recibos para cobrança	1.568.217		A favor de terceiros	
Garantias prestadas no 1º Semestre 2012		2.892.819	Receita virtual cobrada	0
A favor da autarquia	2.892.819		Receita virtual anulada	0
A favor de terceiros				
Receita virtual liquidada no 1º Semestre 2012		0	Saldo para o Início do 2º Semestre 2012	36.026.859
			Garantias:	
			A favor da autarquia	29.020.715
			A favor de terceiros	5.437.928
			Recibos para cobrança	1.568.217
Total		37.852.989	Total	37.852.989

Unidade: Euros

Como se pode verificar, durante este período não foi prestada pela autarquia qualquer garantia ou caução a favor de terceiros pelo que o valor das garantias prestadas ascende a 5.437.928€ e decorre dos seguintes compromissos assumidos em anteriores gerências:

- a hipoteca sobre o Fórum no montante de 5.175.787€ registada a favor do Ministério das Finanças em 2007, tendo em vista a suspensão do processo de execução fiscal existente, em consequência do município ter contestado a decisão da cobrança do IVA associada ao processo de antecipação das rendas habitacionais realizado em 2004 a favor de terceiros.
- uma garantia prestada em 2007 pelo montante de 159.641€ a favor do IFADAP – Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura;
- três garantias prestadas pelo município em 2005 a favor da ARHNORTE, IP – Administração da Região Hidrográfica do Norte, IP, duas de 25.000€ e uma de 50.000€;
- uma garantia prestada em 2005 a favor do IEP – Instituto de Estradas de Portugal, no valor de 2.500€.

Por outro lado, é evidente que no âmbito das garantias a favor da autarquia se registaram movimentos que convergem nos dois sentidos, ao verificar-se quer a prestação de novas garantias no valor 2.892.819€, quer a conseqüente devolução de 1.826.129€, uma vez reunidas as condições legais para a sua concretização, posicionando-se assim o saldo final a favor da autarquia em 29.020.715€.

A grande maioria destas garantias devolvidas resulta da realização de empreitadas e obras públicas funcionando como garante da boa execução da obra.

2
0
1
2

ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO

maia
CÂMARA MUNICIPAL

ENQUADRAMENTO

O presente capítulo dedicado à matéria do endividamento autárquico encontra-se estruturado em duas partes, que apesar de distintas se complementam, endividamento “*Stricto Sensu*” versus “*Lato Sensu*”

- **Endividamento - *Stricto Sensu***

Direcionado para uma apreciação circunstanciada à evolução do endividamento do município, excluindo as influências do sector empresarial local, das associações dos municípios e de igual modo dos serviços municipalizados, em conformidade com os dados constantes nas peças contabilísticas anexas ao presente documento, como tem sido prática corrente dos últimos anos

Anota-se que num primeiro momento é realizada uma abordagem generalizada à evolução desta dívida global, e só depois se segue uma avaliação individualizada de cada uma das suas componentes, ao nível de curto e médio e longo prazo, sempre centrada nos valores das operações orçamentais retratados na contabilidade patrimonial.

- **Endividamento - *Lato Sensu***

Orientado para o apuramento do endividamento líquido municipal compatível com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC95), incorporando no município os efeitos do endividamento das entidades que constituem o sector empresarial local (SEL), em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no seu regime jurídico, os serviços municipalizados e as associações de municípios, na proporção da sua participação, bem como dos limites específicos para a celebração de empréstimos de curto, médio e longo prazo. Por último avalia-se a posição do município face a esses limites.

Independentemente da estrutura apresentada no balanço para efeitos de classificação em curto prazo e médio e longo prazo, considerou-se como dívida de médio e longo prazo, aquela cuja contratação ocorreu para um horizonte temporal superior a um ano.

ENDIVIDAMENTO – STRICTU SENSU

A apreciação vertida no presente capítulo atende à informação das operações de natureza orçamental contida no balanço, excluída dos adiantamentos, por se entender que os respetivos valores, ao estarem indexados a atos definitivos futuros não figuram no período em referência efetivas obrigações.

Neste âmbito e por força das profundas alterações legislativas impostas pela Lei do Orçamento de Estado para 2012, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro, e respetivas normas de execução orçamental, bem como, pela entrada em vigor da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, designada como a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), o controlo da dívida de curto prazo e dos respetivos atrasos de pagamento passam a assumir particular relevância no contexto global gestão da dívida.

Efetivamente, a LOE para 2012, para além de continuar a impor limites de endividamento líquido e de médio e longo prazo cada vez mais restritivos, impõe de igual modo uma redução dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias, imposição que decorre do disposto no artigo 65.º, que se cita:

«(...) 3 — Até ao final do ano de 2012, e sem prejuízo do disposto nos números anteriores, as entidades incluídas no subsector da administração local reduzem no mínimo 10 % dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no Sistema Integrado de Informação da Administração Local (SIIAL) em Setembro de 2011.

4 — À redução prevista no número anterior acresce a redução equivalente a um sétimo da despesa efetuada com remunerações certas e permanentes no ano de 2011, deduzidos dos valores correspondentes aos subsídios de férias e de Natal suportados em 2012 cujo pagamento seja devido nos termos do artigo 21.º da presente lei, a qual deverá ser obrigatoriamente afeta, por esta ordem, à:

- a) Redução dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no SIIAL, em Setembro de 2011;*
- b) Redução do valor médio dos encargos assumidos e não pagos (EANP) registados no SIIAL em Setembro de 2011;*
- c) Redução do endividamento de médio e longo prazos.*

5 — Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, até final do mês de Junho de 2012 os municípios reduzem no mínimo 5 % de pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no SIIAL entre Junho e Dezembro de 2011.

6 — No caso de incumprimento das reduções previstas nos n.os 3, 4 e 5 do presente artigo, há lugar a uma redução das transferências do Orçamento do Estado no montante equivalente ao valor da redução respetivamente em falta.»

Acresce ainda que a execução orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso.

Assim, do citado enquadramento legal decorre que o município da Maia até 30 de Junho de 2012 estava obrigado a reduzir à Dívida de Curto Prazo, (-) 95.827,77€, bem como, mensalmente a não aumentar o montante dos pagamentos em atraso, obrigações que o município da Maia cumpriu integral e pontualmente.

DÍVIDA TOTAL

Quadro 13

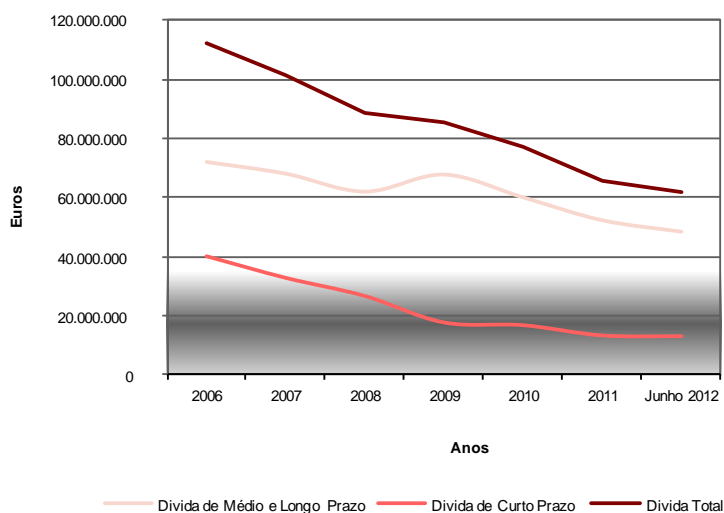
	EVOLUÇÃO DA DIVIDA TOTAL							VARIÇÃO	
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	30-Jun-12	2011/2012	2006/2012
Divida de Médio e Longo Prazo	72.132.526	68.209.355	62.187.638	67.909.742	60.241.496	52.567.656	48.730.633	-3.837.023	-23.401.893
Divida de Curto Prazo	40.198.367	32.829.557	26.638.183	17.619.615	16.685.700	13.180.487	12.926.723	-253.765	-27.271.644
Divida Total	112.330.893	101.038.912	88.825.821	85.529.358	76.927.197	65.748.143	61.657.356	-4.090.787	-50.673.537
Taxa de crescimento da divida									
Médio e longo prazo	-9,5%	-10,1%	-12,1%	-3,7%	-10,1%	-14,5%	-6,2%		-45,1%
Curto prazo	-8,1%	-5,4%	-8,8%	9,2%	-11,3%	-12,7%	-7,3%		-32,4%
	-12,0%	-18,3%	-18,9%	-33,9%	-5,3%	-2,10%	-19%		-67,8%

Un: Euros

* Os dados referentes aos exercícios de 2006 e 2007 estão excluídos dos adiantamentos por conta de vendas em hasta pública, por se entender não configurarem verdadeiras obrigações do município perante terceiros, mas meras situações transitórias, cuja resolução só depende da formalização das escrituras de venda respetivas.

Gráfico 5

EVOLUÇÃO DA DIVIDA TOTAL



A análise dos dados permite concluir que durante o primeiro semestre do exercício 2012, em face do comportamento das duas componentes da dívida, curto e médio e longo prazo, permanece a tendência de descida da dívida total do município evidenciada ao longo dos últimos anos.

Com efeito, a dívida global do município ao posicionar-se nos 61.657.356€ regista menos (-) 4.090.787€ que em 2011 comprovando um decréscimo de (-) 6,2%, justificado pela redução do valor das suas duas rubricas, não obstante o maior contributo da dívida de médio e longo, face à materialidade dos valores de redução que apresenta ((-) 3.837.023€).

Se a redução demonstrada pela dívida de natureza de médio e longo prazo provém da amortização dos empréstimos bancários com tal grau de exigibilidade, uma vez que não foram contraídos novos empréstimos de igual natureza, já a dívida de curto prazo, reflete bem o empenhamento da autarquia em matéria de controlo dos pagamentos em atraso. Apesar dos níveis de receita arrecadada não terem a expressividade de anteriores gerências, mantêm-se neste primeiro semestre de 2012 a orientação de exercícios passados ao assumir a dívida de curto prazo 12.926.723€, (-) 1,9% que em 2011.

Perante os resultados obtidos, resulta evidente que a diminuição do passivo e o controlo do endividamento autárquico tem sido um dos objetivos prosseguidos pelo município, cuja concretização se tem vindo a pautar pelo sucesso no decurso dos últimos anos, o que uma vez mais sucedeu nestes primeiros seis meses.

DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

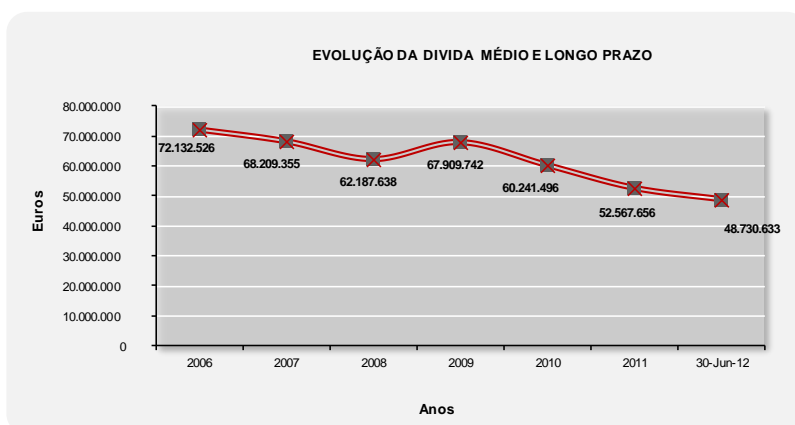
Considerando a inexistência de contratação de novos empréstimos de médio e longo prazo nesta gerência, a análise desta matéria é centrada na evolução da dívida de médio e longo prazo contratada em exercícios anteriores, diferenciando-se para o efeito os empréstimos consoante concorram ou não para efeitos do cálculo do limite do endividamento líquido e do de médio e longo prazo.

Quadro 14

ESTRUTURA DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO							
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	30-Jun-12
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	72.132.526	66.253.301	60.443.050	66.376.618	58.919.838	51.457.464	47.726.173
Empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento	47.625.730	42.823.585	38.021.442	45.012.098	38.704.490	32.396.882	29.243.078
Empréstimo obrigacionista com o BCP no montante de 14.963.936,91	0	0	0	0	0	0	0
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	27.625.730	24.840.203	22.054.677	19.269.150	16.483.623	13.698.097	12.305.333
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BPI no montante de 20.000.000	20.000.000	17.983.382	15.966.765	13.950.147	11.933.530	9.916.912	8.908.603
Empréstimo Bancário de M.L.P ao abrigo do PREDE - 12.545.533				11.792.801	10.287.337	8.781.873	8.029.141
Banco Santander Totta				6.774.588	5.269.124	3.763.660	3.010.928
Estado				5.018.213	5.018.213	5.018.213	5.018.213
Empréstimos que não relevam para a capacidade de endividamento	24.506.796	23.429.716	22.421.608	21.364.520	20.215.348	19.060.581	18.483.095
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - Intempéries - com o BTA no montante de 448.918,11	153.513	0	0	0	0	0	0
Empréstimo Bancário de M.L.P com o CGD - Complemento PER - no montante de 3.426.524,33 €	3.426.512						
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BES - Complemento PER - no montante de 2.428.718,06	2.320.774	7.014.231					
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 1421928,26	1.421.928		6.740.937	6.462.700	6.179.270	5.890.383	5.743.808
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 com o CGD - no montante de 7.481.968,46€	4.948.205	4.770.425	4.483.371	4.241.906	3.974.635	3.707.701	3.574.622
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com o CGD - até 21.007.737,65	12.235.864	11.705.060	11.197.300	10.659.914	10.061.443	9.462.497	9.164.665
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	0	1.956.054	1.744.589	1.533.123	1.321.658	1.110.193	1.004.460
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	0	1.956.054	1.744.589	1.533.123	1.321.658	1.110.193	1.004.460
Total da dívida de médio e longo prazo	72.132.526	68.209.355	62.187.639	67.909.741	60.241.496	52.567.656	48.730.633
Taxa de crescimento	-8,1%	-5,4%	-8,8%	9,2%	-11,3%	-12,7%	-7,3%

Un: Euros

Gráfico 6



À data de 30 Junho de 2012 a dívida de médio e longo prazo do município totaliza 48.730.633 €, menos (-) 3.837.023€ que no final do exercício de 2011, o que representa um decréscimo de (-) 7,3%, mantendo-se, assim, a tendência de descida dos últimos anos.

Por força do cumprimento dos planos de amortização oportunamente definidos para os empréstimos já existentes, associada ao facto de não ter sido concretizado mais nenhum empréstimo bancário de médio e longo prazo, continua a assistir-se a uma redução gradual do endividamento de longo prazo, registada desde 2006 e apenas interrompida no exercício de 2009 na sequência do empréstimo contratado ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE).

Atento o cumprimento do serviço de dívida negociado para os diferentes empréstimos, no cômputo global da diminuição obtida, como tem sido recorrente, predomina o contributo das amortizações efetuadas por conta dos empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento, em especial do empréstimo bancário contratado com o BTA, no montante de 29.927.873,82€, que originou uma redução de 1.392.763€ no valor da dívida, logo seguido do empréstimo bancário adjudicado ao BPI, no valor de 20.000.000 €, que determinou um corte adicional de 1.008.309 €.

Resulta também a amortização de (-) 752.732€ do empréstimo contratado ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE) decorrente na íntegra da parte imputável à instituição de crédito Banco Santander Totta, uma vez que a parcela correspondente ao financiamento do Estado ainda se encontra em período de diferimento

Quanto aos empréstimos que não relevam para efeitos de cálculo de capacidade de endividamento, o maior volume de amortizações está associado aos empréstimos realizados com a CGD ao abrigo das linhas de crédito bonificado (PER), cujo valor total ascendeu a (-) 430.911€, sendo os demais empréstimos denominados de complemento PER, presentemente contratados com o Banco Bilbao Viscaya em consequência da operação de “Reestruturação do serviço de dívida de médio e longo prazo” levada a cabo em 2007, responsáveis por uma redução de (-) 146.575€.

As outras dívidas de médio e longo prazo, apenas decorrentes da responsabilidade assumida pelo município em consequência de sentença homologatória proferida no âmbito do processo de aquisição do Pavilhão Gimnodesportivo de S. Pedro Fins, construído na esfera do Programa Especial de Realojamento, foram responsáveis por uma redução de (-) 105.733€ no endividamento de médio e longo prazo.

SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Tendo por fim avaliar, numa ótica orçamental, o peso dos encargos decorrentes do endividamento de médio e longo prazo, nomeadamente os juros e as respetivas amortizações, no total da despesa e receita municipal, inclui-se um quadro ilustrativo da evolução do serviço de dívida municipal no primeiro semestre de 2012 (Quadro 15), face a período homólogo, uma vez que esta avaliação não deve ser descontextualizada da periodicidade semestral com que ocorrem estas obrigações.

Quadro 15

EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO				
	30-Jun-11	30-Jun-12	Variação	
			Valor	Taxa
Empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento (1)	3.795.632	3.697.116	-98.516	-2,6%
Amortizações	3.153.804	3.153.804	0	0,0%
Juros	641.828	543.312	-98.516	-15,3%
Empréstimos que não relevam para a capacidade de endividamento (2)	734.113	737.335	3.222	0,4%
Amortizações	577.319	577.486	167	0,0%
Juros	156.794	159.849	3.055	1,9%
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo (3)	112.533	114.307	1.774	1,6%
Amortizações	105.733	105.733	0	0,0%
Juros	6.800	8.574	1.774	26,1%
Total do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo (1+2+3)	4.642.278	4.548.759	-93.520	-2,0%
Amortizações	3.836.856	3.837.023	167	0,0%
Juros	805.423	711.736	-93.687	-11,6%
Taxa de Crescimento do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo		-2,0%		
Amortizações		0,0%		
Juros		-11,6%		
Juros / Receita Total Cobrada	2,6%	2,5%		
Juros / Despesa Total Paga	2,8%	2,5%		
Juros / Despesa de Capital Paga	9,6%	8,5%		
Serviço Dívida / Receita Total Cobrada	14,9%	15,8%		
Serviço Dívida / Despesa Total Paga	16,1%	16,2%		

Un: Euros

Da apreciação dos dados obtidos conclui-se que os encargos associados ao Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo reduziram (-) 2% em relação ao transato primeiro semestre, especialmente devido à redução do peso dos juros da dívida pública municipal, já que o aumento do montante amortizado por conta dos empréstimos que não relevam para efeitos de endividamento foi meramente residual (167€).

Tal comportamento, não obstante a redução das taxas de juro, é sobretudo devido à reiterada diminuição do capital em dívida dos empréstimos que relevam para efeitos de cálculo da capacidade de endividamento, e ao facto do município não ter contraído nenhum financiamento no ano em apreciação.

É também visível que no peso do Serviço de Dívida prevalecem o volume das amortizações que representam cerca de 84% do seu valor global, e que aquele serviço absorve cerca de 16% do total da receita e despesa executada, percentagem que não é, de todo, desprezível num contexto de apertada gestão de disponibilidades, o que justifica uma análise mais pormenorizada da rubrica.

Assim, apresenta-se seguidamente um quadro com a descrição da despesa realizada por tipologia de empréstimo com este Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo, no semestre findo, assim como a respetiva previsão desses encargos para o final do exercício de 2012, e a ilustração gráfica do peso de cada uma das suas componentes (Quadro 16).

Quadro 16

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	Realizado no 1º Semestre 2012			Previsto no 2º Semestre 2012		
	Amort	Juros	Total	Amort	Juros	Total
Empréstimos MLP que relevam p/ capacidade de endividamento						
Empréstimo Bancário de M.LP com o Banco Santander Totta, de 29.927.873,82 €	1.392.763	281.592	1.674.355	1.392.763	248.645	1.641.408
Empréstimo Bancário de M.LP com Banco Português de Investimento, de 20.000.000,00 €	1.008.309	200.384	1.208.692	1.008.309	180.009	1.188.318
Empréstimo de MLP com o Banco Santander Totta, de 7.527.320,43 € - PREDE	752.732	61.337	814.069	752.732	37.805	790.537
Sub Total	3.153.804	543.312	3.697.116	3.153.804	466.459	3.620.263
Empréstimos MLP que não relevam p/ capacidade de endividamento						
Empréstimo Bancário de M.LP com o BBVA - Complemento PER - de 7.169.214,75€	146.575	118.274	264.849	148.044	115.331	263.375
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado (PER 1) com a CGD - até 7.481.968,46 €	133.079	11.642	144.721	134.759	8.533	143.292
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado (PER 2) com a CGD - até 21.077.411,44 €	297.832	29.933	327.765	301.011	24.225	325.235
Sub Total	577.486	159.849	737.335	583.813	148.088	731.902
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo						
Fornecedores de Imobilizado de MLP	105.733	8.574	114.307	105.733	4.211	109.944
Sub Total	105.733	8.574	114.307	105.733	4.211	109.944
TOTAL	3.837.023	711.736	4.548.759	3.843.350	618.759	4.462.108

Un: Euros

0,00

0,00

Uma vez que a estrutura do mapa do serviço de dívida do município permanece similar à da gerência anterior, designadamente em matéria de tipologia de amortizações, a que acresce o facto de não ter sido contratado mais nenhum empréstimo neste exercício, apesar da redução, continua a ser notório o peso do serviço de dívida dos empréstimos que relevam para efeitos da determinação dos limites de endividamento.

O maior montante de encargos no valor de 1.674.355€ é originado pelo empréstimo bancário contratado com o Banco Santander Totta, logo seguido pelo empréstimo bancário adjudicado ao Banco Português de Investimento cujo valor remonta a 1.208.692€.

Relativamente aos empréstimos que não relevam para efeitos da determinação dos limites de endividamento reitera-se que o maior volume do serviço da dívida está indexado ao empréstimo realizado com a CGD ao abrigo das linhas de crédito bonificado PER2.

Demonstra-se graficamente a previsão anual da composição do serviço de dívida.

Gráfico 7

Previsão da Composição do Serviço de Dívida
Ano 2012



COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO FIM DA GERÊNCIA

Com o objetivo de obter uma visão mais detalhada da estrutura do endividamento municipal de médio e longo prazo, insere-se um quadro síntese dos empréstimos existentes à data de 30 de Junho de 2012, e respetivos valores do capital em dívida, diferenciando-os em função da sua relevância para o cálculo da capacidade de endividamento e do seu grau de exigibilidade.

Quadro 17

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO POR GRAU DE EXIGIBILIDADE				
	30-Jun-12		31-Dez-11	
	Valor	Peso	Valor	Peso
EXIGÍVEL A MÉDIO E LONGO PRAZO	41.038.696	84,22%	44.893.816	85,40%
Empréstimos Bancários de MLP	40.245.701	82,59%	43.995.089	83,69%
Empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento	22.935.470	47,07%	26.089.274	49,63%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	9.519.807	19,54%	10.912.570	20,76%
Empréstimo Bancário de M.L.P com BPI no montante de 20.000.000	6.891.986	14,14%	7.900.295	15,03%
Empréstimo Bancário de M.L.P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	6.523.677	13,39%	7.276.409	13,84%
Banco Santander Totta	1.505.464	3,09%	2.258.196	4,30%
Estado	5.018.213	10,30%	5.018.213	9,55%
Empréstimos que não relevam para a capacidade de endividamento	17.310.232	35,52%	17.905.815	34,06%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	5.446.215	11,88%	5.601.497	10,66%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 - com a C G D - no montante de 7.481.968,46€	3.304.351	6,78%	3.440.768	6,55%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a C G D - até 21.007.737,65	8.559.665	17,57%	8.863.550	16,86%
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	792.995	1,63%	898.727	1,71%
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	792.995	1,63%	898.727	1,71%
EXIGÍVEL A CURTO PRAZO	7.691.937	15,78%	7.673.840	14,60%
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	7.480.472	15,35%	7.462.375	14,20%
Empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento	6.307.608	12,94%	6.307.608	12,00%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	2.785.527	5,72%	2.785.527	5,30%
Empréstimo Bancário de M.L.P com BPI no montante de 20.000.000	2.016.618	4,14%	2.016.618	3,84%
Empréstimo Bancário de M.L.P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	1.505.464	3,09%	1.505.464	2,86%
Banco Santander Totta	1.505.464	3,09%	1.505.464	2,86%
Estado	0	0,00%	0	0,00%
Empréstimos que não relevam para a capacidade de endividamento	1.172.864	2,41%	1.154.766	2,20%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	297.593	0,61%	288.887	0,55%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 - com a C G D - no montante de 7.481.968,46€	270.271	0,55%	266.933	0,51%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a C G D - até 21.007.737,65	605.000	1,24%	598.947	1,14%
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	211.465	0,43%	211.465	0,40%
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	211.465	0,43%	211.465	0,40%
TOTAL DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	48.730.633	100,00%	52.567.656	100,00%

Un: Euros

Nos termos das disposições legais constantes na Lei das Finanças Locais, com as sucessivas alterações introduzidas pelas Leis do Orçamento de Estado, na sequência dos valores apurados, constata-se que do total dos empréstimos médio e longo prazo contraídos, 39% estão excluídos para efeitos do cálculo do limite do endividamento líquido, sendo de mencionar que na sua grande maioria, tais empréstimos respeitam à linha de crédito bonificado ao abrigo do Programa Especial de Realojamento, no âmbito da construção da habitação social.

Por fim, apresenta-se um quadro com a previsão da composição desta tipologia de dívida no final da gerência de 2012.

Quadro 18

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO FIM DA GERÊNCIA		
	31-12-2012	
	Valor	Peso
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	43.988.556	98%
Empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento	26.089.274	58%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	10.912.570	24%
Empréstimo Bancário de M.L.P com BPI no montante de 20.000.000	7.900.295	18%
Empréstimo Bancário de M.L.P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	7.276.409	16%
Banco Santander Totta	2.258.196	5%
Estado	5.018.213	11%
Empréstimos que não relevam para a capacidade de endividamento	17.899.282	40%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	5.595.764	12%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 - com a C G D - no montante de 7.481.968,46€	3.439.863	8%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a C G D - até 21.007.737,65	8.863.654	20%
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	898.727	2%
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	898.727	2%
TOTAL DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	44.887.283	100%

Un: Euros

DÍVIDA DE CURTO PRAZO

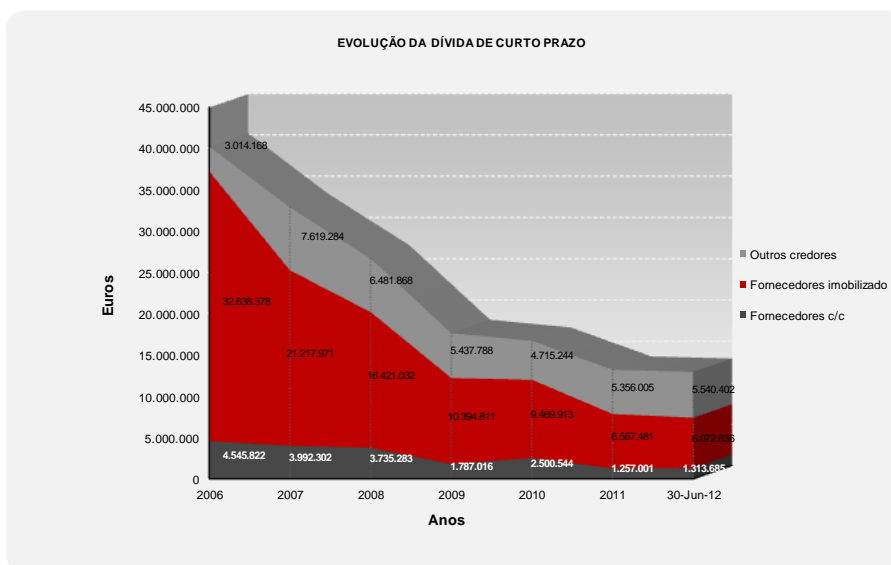
A componente do endividamento de curto prazo incorpora a dívida proveniente dos fornecedores c/c e de imobilizado, dos credores de transferências para as autarquias locais e credores por investimentos financeiros, e do Estado e Outros Credores, cuja evolução dos últimos anos se retrata no Quadro 19.

Quadro 19

	EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE CURTO PRAZO								VARIÇÃO	
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	30-Jun-12		2011/2012	2006/2012
								Valor	Peso	
Fornecedores c/c	4.545.822	3.992.302	3.735.283	1.787.016	2.500.544	1.257.001	1.313.685	10,2%	56.684	-3.232.137
Fornecedores imobilizado	32.638.378	21.217.971	16.421.032	10.394.811	9.469.913	6.567.481	6.072.636	47,0%	-494.845	-26.565.742
Outros credores	3.014.168	7.619.284	6.481.868	5.437.788	4.715.244	5.356.005	5.540.402	42,9%	184.396	2.526.233
Estado	10.570	13.913	14.195	0	12.684	0	20.411	0,2%	20.411	9.841
Credores de transferências das autarquias	2.448.805	6.178.668	5.848.082	4.937.938	4.406.201	4.678.269	4.120.698	31,9%	-557.570	1671893
Credores por Investimentos Financeiros	162.350	10.1000	0	0	15.125	99.760	111860	0,9%	12.100	-50.490
Credores Diversos	392.443	1.325.703	619.591	499.850	281233	577.977	1.287.433	10,0%	709.455	894.990
Total da Dívida de Curto Prazo	40.198.368	32.829.558	26.638.183	17.619.615	16.685.700	13.180.487	12.926.723	100,0%	-253.765	-27.271.645
Taxa de Crescimento da Dívida de Curto Prazo	-12,0%	-18,3%	-18,9%	-33,9%	-5,3%	-21,0%	-1,9%			-67,8%
Fornecedores c/c	-17,8%	-12,2%	-6,4%	-52,2%	39,9%	-49,7%	4,5%			-71,1%
Fornecedores imobilizado	-12,9%	-35,0%	-22,6%	-36,7%	-8,9%	-30,6%	-7,5%			-81,4%
Outros credores	12,8%	152,8%	-14,9%	-16,1%	-13,3%	13,6%	3,4%			-81,4%

Un: Euros

Gráfico 8



Uma apreciação detalhada à evolução da dívida de curto prazo permite extrair conclusões semelhantes às anteriormente referidas em matéria de componentes da dívida, uma vez que também é visível que neste semestre persiste a tendência de redução do endividamento de curto prazo, cujo posicionamento nos 12.926.723€, reflete um abatimento de (-) 1,9% face ao ano anterior, de (-) 253.765€, sem prejuízo do agravamento registado em duas das suas componentes, *Outros Credores e Fornecedores c/c*, este último sem grande significado.

De facto, desde 2006 a esta parte, registou-se um decréscimo acentuado das dívidas de curto prazo, (-) 67,8%, o que espelha uma redução de (-)27.271.644€, em resultado do comportamento da generalidade das suas rubricas, com especial incidência dos fornecedores de imobilizado face à materialidade dos valores que apresenta.

Já na gerência em apreço, a influência da diminuição de (-) 7,5% das dívidas de Fornecedores de Imobilizado que ao atingirem 6.072.636 €, diminuiram cerca de (-) 500.000€, é determinante para o comportamento da rubrica mãe, atento o apuramento nas restantes rubricas.

O ténue agravamento de (+) 4,51% da dívida de Fornecedores c/c, traduzido na módica quantia de 56.684€, é justificado pela existência de faturação muito recente, à data ainda não conferida e por maioria de razão, não vencida, registando-se a título de informação complementar que no final de Agosto já é visível a recuperação desta parte da dívida, que ao posicionar-se em 685.060€ ostenta uma redução significativa de cerca de (-) 45%.

Note-se, porém, quanto ao acréscimo de (+) 3,4% nas dívidas de *Outros Credores*, que também permanece a tendência de descida da sua componente mais influente, a *de Credores de Transferências das Autarquias*, que denuncia uma diminuição significativa de (-) 557.570€, (-) 12%, pelo que importa registar que aquele aumento resulta sobremaneira da influência dos *Credores Diversos*, justificado essencialmente pela contabilização pelo pagamento em espécie de taxas municipais de urbanização ou compensação por não cedência em operações urbanísticas ou de construção, de cuja quantificação

financeira resulta um débito a favor de terceiros a que corresponde uma obrigação de pagamento por parte do Município que apenas terá lugar por encontro de contas em futuras operações urbanísticas. Igualmente a este nível, no final do mês de agosto é visível uma melhoria significativa.

Sobre esta mesma rubrica, reiteram-se as considerações de outros relatos, designadamente que, no cômputo geral, o seu maior valor respeita a uma dívida por conta de Credores de Transferências das Autarquias, de 3.171.289€, de participações para investimento à LIPOR, e que está a ser dirimida em sede de compromisso arbitral com a invocação que também são devidas taxas de construção ao município na sequência do licenciamento da estação de tratamento de resíduos Sólidos (LIPOR II) e do aterro sanitário de apoio àquela estação

Atente-se de igual modo que em relação ao investimento realizado pelo município no âmbito de projetos cofinanciados, onde já existe o emprego de capitais na aquisição de bens de equipamento, e como tal já com dívida consolidada, o Estado apresenta uma dívida significativa para com a Autarquia. É disso exemplo o crédito do município no âmbito do QREN - "ON 2 – Programa Operacional Regional do Norte", no valor de 1.616.412€, que na sua maioria respeita a participações aprovadas em sede de "Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar", relativamente às quais encontram-se já solvidas perante os empreiteiros as inerentes despesas.

Do relatado resulta evidente que a redução imposta pela LOE para 2012 em matéria de dívida de curto prazo foi integralmente cumprida, uma vez obtido a 30 de junho de 2012 um decréscimo nesta componente, de (-) 253.765€, montante em muito superior à diminuição de (-) 95.827,77€ legalmente exigida.

Apraz de igual modo assinalar, a melhoria significativa do prazo médio de pagamento do município, que à data de 30 de Junho ascende a 68 dias, como está bem patente no Gráfico 9 que se insere.

Realça-se ainda o facto de o Município se posicionar fora das entidades com pagamentos em atraso.

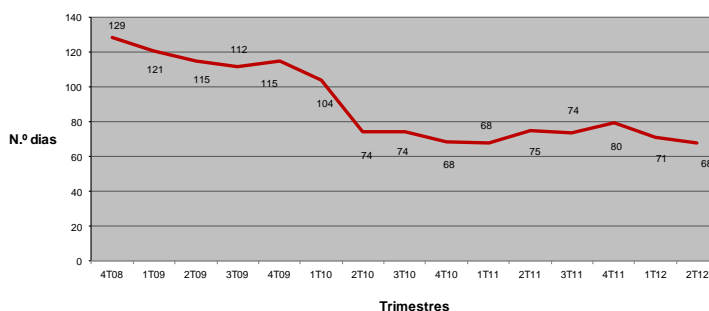
Quadro 20

PRazo MÉDIO DE PAGAMENTO																
	4.º Trim 2008	1.º Trim 2009	2.º Trim 2009	3.º Trim 2009	4.º Trim 2009	1.º Trim 2010	2.º Trim 2010	3.º Trim 2010	4.º Trim 2010	1.º Trim 2011	2.º Trim 2011	3.º Trim 2011	4.º Trim 2011	1.º Trim 2012	2.º Trim 2012	
$PMP = \frac{\sum_{i=1}^n DP_i}{\sum_{i=1}^n A_i} \times 365$	129	121	115	112	115	104	74	74	68	68	75	74	80	71	68	

(*) Cálculo de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros nº 24/2008, incluindo Fornecedores de Mobilizado de MUP

Gráfico 9

Evolução do Prazo Médio Pagamento



ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO

ENDIVIDAMENTO – Lato Sensu

Em conformidade com o enquadramento legal vertido na atual Lei das Finanças Locais existem um conjunto de medidas tendentes ao controlo do endividamento municipal, como sejam a existência de um conceito de endividamento municipal que incorpora no município os efeitos do endividamento das entidades que constituem o sector empresarial local (SEL), em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no seu regime jurídico (Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro), os serviços municipalizados e as associações de municípios, na proporção da sua participação, bem como a imposição de dois limites ao endividamento municipal:

- Um limite ao endividamento líquido, correspondente a um stock de 125% dos seguintes recursos próprios: receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF e da participação no IRS, da derrama e das participações do sector empresarial local
- Um limite à contração de empréstimos, correspondente a 100% daqueles recursos.

Por outro lado, tendo em vista assegurar a coordenação efetiva entre as finanças do Estado e as finanças das Autarquias Locais, prevê o n.º 3 do seu artigo 5.º que a Lei do Orçamento de Estado pode definir limites máximos ao endividamento municipal diferentes.

Acudindo ao exposto, no âmbito da apreciação formalizada é fundamental contextualizar os efeitos decorrentes das sucessivas alterações ao conceito do endividamento municipal previsto na Lei das Finanças Locais, que têm vindo a ser contempladas em sede de Lei de Orçamento do Estado (LOE), pois só assim é exequível uma análise comparativa que se pretenda séria e consistente, pelo que mais uma vez se reitera a necessidade de se proceder com prudência a qualquer análise comparativa.

Atente-se que, para este exercício de 2012 mais uma vez a LOE (Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro) veio definir limites ao endividamento diferentes daqueles que resultariam da aplicação isolada do conceito previsto na Lei das Finanças Locais, determinando valores muito inferiores aos limites que esta impunha, estipulando no seu artigo 66.º, cujo texto legal se cita:

«1 — O valor do endividamento líquido de cada município em 31 de Dezembro de 2012, calculado nos termos da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.os 22 -A/2007, de 29 de Junho, 67 - A/2007, de 31 de Dezembro, e 3 -B/2010, de 28 de Abril, não pode ser superior ao observado em 31 de Dezembro do ano anterior.

2 — No ano de 2012, e sem prejuízo do disposto no n.º 7 do presente artigo e no artigo 39.º, n.os 1 a 5 e 7, da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.os 22 -A/2007, de 29 de Junho, 67 - /2007, de 31 de Dezembro, e 3 -B/2010, de 28 de Abril, a celebração de novos contratos de empréstimo de médio e longo prazos é limitada ao valor resultante do rateio do montante global das amortizações efetuadas pelos municípios no ano de 2010 proporcional à capacidade de endividamento disponível para cada município.

3 — O valor global das amortizações efetuadas no ano de 2010 é corrigido, até 30 de Junho, pelo valor das amortizações efetuadas no ano de 2011.

4 — O rateio referido nos n.os 2 e 3 é prioritariamente utilizado pelos municípios em empréstimos de médio e longo prazos para investimentos no âmbito do QREN ou da reabilitação urbana.

5 — Pode excepcionar-se do disposto nos n.os 1 e 2 a celebração de contratos de empréstimo, a autorizar por despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças, em situações excecionais devidamente fundamentadas e tendo em conta a situação económica e financeira do País, designadamente no âmbito do QREN e da reabilitação urbana e incluindo o empréstimo quadro do Banco Europeu de Investimento (BEI).

6 — Os municípios transmitem obrigatoriamente à DGAL, até ao dia 15 do mês seguinte ao final de cada trimestre, informação sobre os novos contratos de empréstimo de médio e longo prazos celebrados, os montantes utilizados no cumprimento de contratos de crédito bancário e os montantes das amortizações efetuadas no trimestre anterior.

7 — O valor disponível para rateio nos termos dos n.os 1 e 2 do presente artigo é reduzido em 150 milhões de euros para, em acumulação com as reduções previstas no artigo anterior, assegurar a diminuição do endividamento líquido dos municípios.»

LIMITES LEGAIS DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

Considerando o exposto, apresenta-se uma apreciação ao endividamento municipal durante o primeiro semestre de 2012, inserindo-se para esse efeito um mapa ilustrativo do cálculo dos três limites de endividamento fixados na Lei das Finanças Locais, a que se acrescem os limites de endividamento introduzidos em sede da LOE para 2012 para a gerência em análise, ainda mais restritivos: Endividamento Líquido e o de Celebração de Novos Empréstimos de Médio e Longo Prazo.

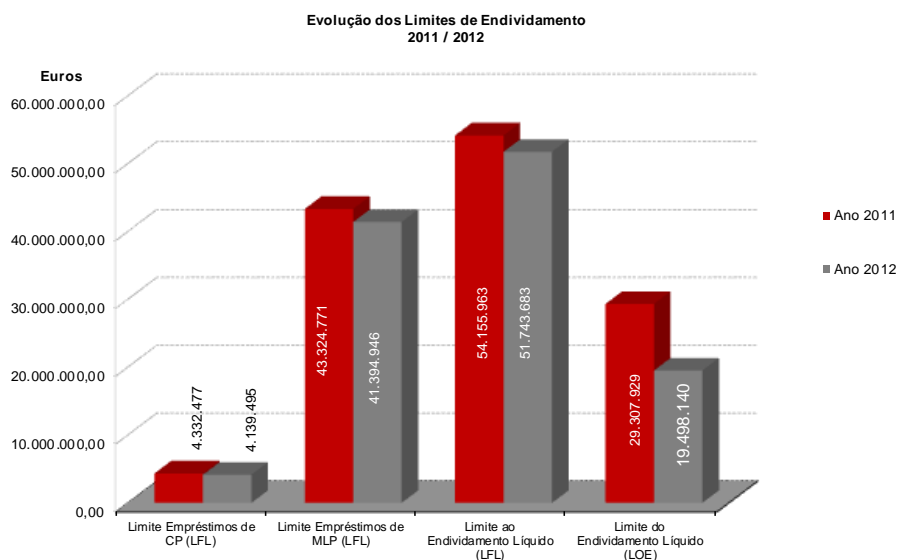
Quadro 21

CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL		
ANO 2012		
Designação	Montante (Euros)	Observações
Receitas a considerar para efeitos de cálculo dos limites do endividamento		
(1) IMI 2011	19.105.995	
(2) IMT 2011	4.610.306	
(3) IUC 2011	2.398.317	Receitas Cobradas Líquidas constantes no Mapa de Controlo Orçamental da Receita de 2011
(4) CA 2011	41.113	
(5) SISA 2011	7.238	
(6) Derrama 2011	5.076.979	
(7) SEL 2011	0	
(8) FEF+IRS OE 2012	10.154.999	
(9) Total de receitas a considerar	41.394.946	(9)=somatório de (1) a (8)
(10) Limite aos Empréstimos de Curto Prazo	4.139.495	(10)=10%x(9)
(11) Limite aos Empréstimos de Médio e Longo Prazo	41.394.946	(11)=100% x (9)
(12) Limite ao Endividamento Líquido (LFL)	51.743.683	(12)=125%x(9)
(13) n.º 1 do Artigo 66.º LOE2012 - LIMITE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	19.498.140	(Referencia a 31 de Dezembro de 2011)(*)
n.º 2 do Artigo 66.º LOE2012 - "a celebração de novos contratos de empréstimos de MLP é limitada ao valor resultante do rateio do montante global das amortizações efetuadas pelos municípios no ano de 2010 proporcional à capacidade de endividamento disponível para cada município".	3.799.860	publicitado pela DGAL

Un: Euros

Os limites máximos acima identificados nos pontos (10), (11) e (12) foram calculados com base nas receitas discriminadas nos termos do disposto na Lei das Finanças Locais (LFL) e conforme norma interpretativa da Direção Geral das Autarquias Locais, sendo evidente e notória a redução significativa do limite de endividamento líquido para a gerência em análise, em consequência das alterações introduzidas pela LOE para 2012, que o posiciona em menos de metade daquele que decorre da versão originária da LFL.

Gráfico 10



ENTIDADES RELEVANTES PARA OS LIMITES LEGAIS

Em consonância com o enquadramento do endividamento na atual Lei da Finanças Locais, e consagrado que se encontra o conceito do endividamento líquido municipal que incorpora no município os efeitos do endividamento das entidades que constituem o sector empresarial local (SEL), em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no seu regime jurídico (Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro), os serviços municipalizados e as associações de municípios, na proporção da sua participação, importa desde logo identificar as entidades relevantes para os limites legais estabelecidos.

A observância da referida regra do equilíbrio pode ser aferida numa ótica anual ou plurianual, sendo necessário neste último caso a apresentação de um plano previsional à Inspeção Geral de Finanças, o que não se verificou relativamente a qualquer das entidades participadas pelo município, anotando-se que no caso de ser cumprida tal regra o contributo para o endividamento municipal das entidades participadas que constituem o sector empresarial local (SEL) é nulo.

Quadro 22

Entidades Societárias Participadas							
1.º Semestre de 2012							
Designação	Sede	Parcela Detida (1)		Resultados do Último Exercício			
		Valor	%	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Exerc.	OBS
Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.E.M.	Praça do Doutor José Vieira de Carvalho Torre Municipal, 14.º Piso 4474-006 Maia	124.699,47	100%	284.171	29.691	30-Jun-12	-
Academia das Artes da Maia - Produções Culturais, E.E.M.	Fórum da Maia Núcleo Central do Concelho - Rua Engenheiro Duarte Pacheco 4474-006 Maia	49.879,78	100%	98.937	144.287	30-Jun-12	-
Conservatório de Música da Maia CMM SU Lda (2)	Fórum da Maia Núcleo Central do Concelho - Rua Engenheiro Duarte Pacheco 4474-006 Maia	5.000,00	100%	-99.733	0	30-Jun-12	-
Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.E.M.	Rua 5 de Outubro, 359 Milheirós 4475-302 Maia	1.496.393,69	100%	3.033.343	589.188	30-Jun-12	-
Espaço Municipal - Renovação Urbana Gestão do Património, E.E.M.	Rua Dr.º Carlos Felgueiras, 181 4470-157 Maia	12.811.337,98	100%	12.033.715	149.421	30-Jun-12	-
Águas do Douro e Paiva, S.A. (3)	Rua de Vilar, n.º 235 - 5.º Apartado 55145 4050-626 Porto	566.805,00	2,92%	30.157.335	1.749.501	30-Jun-12	-
Águas do Noroeste, S.A. (3)	Lugar de Gaido, Barcelos, 4755-045 Areias de Vilar	1.380.000,00	2,21%	51.406.150	-828.107	30-Jun-12	-
Macmaí - Matadouro Agrícola e Comercial da Maia, Ld.º	Rua 5 de Outubro 4475-302 Milheirós Maia	149.639,36	100%	-181.807	-8.714	2009	Entidade que se encontra em processo de insolvência
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A.	Av.Prof.Dr.º Cavaco Silva, Edifício Ciência II, n.º 11, 3.º B, Taguspark 2740-120 Porto Salvo	150.199,00	4,64%	3.607.694	-101.309	30-Jun-12	-
Net - Novas Empresas e Tecnologias, S.A	Rua de Salazares, 842 4149-002 Porto	2.500,00	0,50%	872.559	-35.886	30-Jun-12	-
Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A.	Rua Eng.º Frederico Ulrich, 2650 4470-605 Moreira da Maia	2.799.390,00	51%	2.172.035	-803.769	30-Jun-12	-
Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. (3) (4)	Rua Linhas de Torres, 41 4350-214 Porto	18.981,96	0,24%	134.644.000	12.342.000	30-Jun-12	-
Primus - Promoção e Desenvolvimento Regional, S.A.	Avenida dos Aliados, n.º 236 - 4º Esq. 4000-065 Porto	499,00	0,06%	315.729	8.982	30-Jun-12	-
Metro do Porto, S.A. (3)	Av. Fernão de Magalhães, 1862 - 7.º 4350-158 Porto	5,00	0,0001%	1.506.154.118	-247.492.762	30-Jun-12	-
Hospital do Lidador S.A.	Sede Santa Casa Misericórdia Maia, Avenida Visconde Barreiros s/n	5.000,00	10%	50.000	-	2009	-

Un.: Euros

(1) Valor de Aquisição da Parcela detida.

(2) O Conservatório de Música da Maia é 100% detido pela Academia das Artes, detendo assim o Município de forma indireta uma participação de 100% do mesmo.

(3) Empresas que nos termos da legislação em vigor presentemente não estão integradas no Sector Empresarial Local.

(4) A informação tendo sido reportada em unidade de milhar, foi convertida em euros pelo Município.

No cômputo geral das entidades participadas pelo município acima identificadas, e de acordo com este conceito, no final do semestre eram susceptíveis de relevar para efeitos de limites do endividamento deste município, dezasseis entidades: o Município, os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, duas Associações de Municípios, a Lipor e a Área Metropolitana, e doze empresas de natureza empresarial.

Simultaneamente, regista-se que nesta gerência é susceptível de relevar para efeitos destes limites de endividamento mais uma entidade de natureza empresarial do que no ano anterior, a Portgás, anteriormente caracterizada como fazendo parte integrante do Setor Empresarial do Estado. Esta alteração decorre, assim, não por força da alteração da estrutura das participações financeiras do município, mas apenas, e tão só, da alteração da estrutura acionista da Portgás, em resultado da

operação de privatização da EDP, que determina que ela terá de ser considerada para efeitos desta análise.

Note-se porém que, como o endividamento das entidades de natureza empresarial participadas pelo município apenas releva para efeitos dos respetivos limites caso não apresentem resultados anuais equilibrados, cujo enquadramento legal define como sendo o caso de o resultado de exploração anual operacional acrescido dos encargos financeiros se apresentar negativo, da apreciação das contas anuais de 2011 das doze entidades participadas pelo município, e aplicando a dita regra do equilíbrio anual, conclui-se que violam esta regra as entidades a seguir mencionadas

Quadro 23

ENTIDADES DE NATUREZA EMPRESARIAL QUE VIOLAM A REGRA DE EQUILIBRIO ANUAL	
ANO DE 2012	
Identificação	% do Capital Detido
Academia das Artes	100%
Conservatório de Música	100%
Macmai	100%
Tecmaia (5%)	51,00%
Município*	4,64%
Net	0,23%
Hospital Lidador	10,00%

Un: %

* (*) Entidade que passou a estar em desequilíbrio no 2.º trimestre de 2012, por precaução vai ser considerado o seu endividamento

Quanto à empresa Macmai, reitera-se que a sociedade se encontra em processo de insolvência, e que apesar do acórdão proferido em 23/06/2009 pelo Tribunal de Contas, em conformidade com os princípios contabilísticos aplicáveis foi considerada para efeitos de cálculo de endividamento líquido, apenas até que esteja integralmente concluído o seu processo judicial de insolvência e a sua consequente extinção.

De igual modo, assinala-se também que na sequência do desequilíbrio de contas apresentado no final do exercício de 2010 pelas empresas participadas Academia das Artes e Município, durante a gerência de 2011 o município procedeu à reposição do seu equilíbrio nos termos previstos no artigo 31.º do Regime Jurídico do Sector Empresarial Local, concretizando a realização de duas transferências financeiras, na proporção respetiva da participação no capital social dessas entidades, designadamente, nos valores de 150.782,57 € e de 66.853,63 €, a favor da Academia das Artes e da Município, respetivamente. Acresce contudo que, em sede de prestação de contas do exercício de 2011, permaneceu a situação de desequilíbrio da empresa Academia das Artes, e a Município, apesar de ter as contas equilibradas naquela data de fecho, voltou a posicionar-se numa situação de desequilíbrio no final deste primeiro semestre de 2012.

LIMITE À CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS

Limite dos Empréstimos de Curto Prazo

Nos termos das disposições legais constantes na atual Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro), os municípios podem recorrer a empréstimos de curto prazo apenas para ocorrer a dificuldades momentâneas de tesouraria, até um montante máximo determinado nos termos do n.º 1 do seu artigo

39.º, devendo ser amortizadas num prazo máximo de um ano após a sua contratação, sob pena de serem considerados para efeitos do cálculo dos limites dos empréstimos de médio e longo.

O montante máximo atrás referido para a gerência em curso de 2012, cujo cálculo se encontra espelhado no quadro inserido, fixou-se em 4.139.495€, anotando-se que durante o corrente exercício económico o município não recorreu à contratação de nenhum empréstimo desta natureza e que, em conjunto com as restantes entidades relevantes, no final deste semestre cumpria o limite legal de endividamento de empréstimos de curto prazo.

Quanto ao montante de empréstimos desta natureza que não foi amortizado até ao final de junho, anota-se a contribuição das seguintes entidades de natureza empresarial participadas pelo município, para efeitos do cálculo do endividamento bancário de médio e longo prazo, como se justifica.

Quadro 24

ENTIDADES DE NATUREZA EMPRESARIAL QUE VIOLAM A REGRA DE EQUILIBRIO ANUAL	
ANO DE 2012	
Empréstimos de Curto Prazo não amortizados até 30 de Junho	
Identificação	Valor Imputável
Academia das Artes	65.480
Conservatório de Música	156
Macmai	25.000
Tecmaia (5%)	125.954
Municipia	36.853
Net	545

Un: Euros

Limite dos Empréstimos de Médio e Longo Prazo

Em matéria de stock da dívida de empréstimos de médio e longo, a lei das finanças locais igualmente contempla a possibilidade dos municípios recorrerem a esta tipologia de crédito bancário para a concretização das suas múltiplas necessidades de investimento, ou ainda para proceder ao saneamento ou reequilíbrio financeiro das suas contas, até um determinado limite.

Atendendo à estrutura de receitas que releva para efeitos de cálculo deste limite, que se encontra espelhado em quadro próprio e que é um denominador comum de qualquer um dos limites, fruto da imposição dos 125% daquele valor, estipula-se como limite municipal do crédito bancário de MLP para o exercício de 2012 a quantia de 41.394.946€.

Por outro lado, como já foi referido, por força das alterações introduzidas em sede de LOE para 2012, designadamente no n.º 2 do seu artigo 66.º, para o ano em apreço a *“celebração de novos contratos de empréstimos de MLP é limitada ao valor resultante do rateio do montante global das amortizações efetuadas pelos municípios no ano de 2010 proporcional à capacidade de endividamento disponível para cada município”*, sem prejuízo do disposto no artigo 39.º da Lei das Finanças Locais, com as sucessivas alterações introduzidas em sede de LOE.

O valor do montante global das amortizações efetuadas em 2010 é corrigido, até 30 de Junho, pelos valores das amortizações efetuadas em 2011, tendo sido comunicado ao Município da Maia como resultado do valor do rateio o montante de 3.799.860€, uma vez que este já dispõe de capacidade de endividamento de médio e longo prazo.

Anote-se, contudo, que nos termos do disposto no n.º 1 do citado artigo 66.º da LOE, tal possibilidade de contratualização só pode ser exercida garantido que seja o cumprimento do limite de endividamento líquido, isto é, tal operação não poderá originar um aumento do endividamento líquido do município, cujo limite para o exercício de 2012 é de 19.498.139,91 €, montante idêntico ao do apurado em 31/12/2011.

Para efeitos do cálculo do endividamento bancário de médio e longo prazo, uma vez que são de considerar todos os montantes contraídos, incluindo aberturas de crédito e os dos empréstimos obrigacionistas, se for caso disso, bem como os dos empréstimos e de aberturas de crédito de curto prazo no montante não amortizado até 31 de Dezembro do ano em causa (n.º 4 do artigo 39.º da LFL), estão aqui contemplados os mencionados no ponto anterior.

No âmbito do regime excecionado, e de acordo com a metodologia adotada pela Direção Geral das Autarquias Locais, no caso do município foi excluído o montante em dívida dos empréstimos contratados no âmbito do Programa Especial de Realojamento, no valor dos 18.483.095,09€, e no caso da LIPOR todos os empréstimos de médio e longo prazo contraídos por se destinarem ao financiamento de projetos cofinanciados excecionados na parte proporcional à participação da autarquia, no valor de 9.744.263,75€.

Posto isto, em resultado da apreciação das contas de todas as entidades participadas pelo município, e aplicando a regra do equilíbrio anual, insere-se um quadro ilustrativo da contribuição individual de cada uma das entidades que apresentam desequilíbrio de contas para o nível do endividamento bancário de MLP, bem como as respetivas contribuições dos Serviços Municipalizados e Associações de Municípios que no presente exercícios são nulas.

Quadro 25

SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO FACE AO LIMITE DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO	
1.º Semestre 2012	
Identificação	Capital em Dívida a 30/06/2012
Empréstimos de MLP que relevam para o limite (1)	37.639.038
CÂMARA MUNICIPAL	
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82 €	12.305.333,49
Empréstimo Bancário de M.L.P com BPI no montante de 20.000.000 €	8.908.603,42
Empréstimo Bancário de M.L.P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	8.029.141,19
Banco Santander Totta	3.010.928,19
Estado	5.018.213,00
SMAS	0,00
SECTOR EMPRESARIAL LOCAL - Empresas Municipais	
Conservatório de Musica da Maia	0,00
Academia das Artes	0,00
Macmaí	52.255,00
Tecmaia	8.343.704,63
SECTOR EMPRESARIAL LOCAL - Sociedades Comerciais	
Municipia	0,00
Net	0,00
Hospital Lidador	0,00
ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS	
LIPOR	0,00
GAMP	0,00
Empréstimos de Curto Prazo não amortizados até 30 de Junho de 2012 que relevam para o limite dos Empréstimos de MLP (2)	253.988,81
CÂMARA MUNICIPAL	
SMAS	0,00
SECTOR EMPRESARIAL LOCAL - Empresas Municipais	
Conservatório de Musica da Maia	156,32
Academia das Artes	65.480,49
Macmaí	25.000,00
Tecmaia	125.953,62
SECTOR EMPRESARIAL LOCAL - Sociedades Comerciais	
Municipia	36.853,28
Net	545,10
Hospital Lidador	0,00
ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS	
LIPOR	0,00
GAMP	0,00
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS DE MLP QUE RELEVAM PARA O LIMITE A 30/06/2012 (3)=(1)+(2)	37.893.026,54
LIMITE LEGAL DOS EMPRÉSTIMOS DE MLP À DATA DE 01/01/2012 - LFL (4)	41.394.946,28
CAPACIDADE LIQUIDA DE CONTRAIR EMPRÉSTIMOS DE MLP = (4)-(3)	-3.501.920
Taxa de utilização do limite de empréstimos de MLP	92%

Un: Euros

No seguimento do já verificado no fecho do exercício do ano transato, à data de 30 de junho o Município da Maia apresenta um valor total de empréstimos de médio e longo prazo de 37.893.026,54€, posicionando-se novamente abaixo do limite legal imposto em (-) 3.501.919,74 €, o que representa uma taxa de utilização de cerca de 92% da sua capacidade de endividamento.

Com igual influência de anteriores gerências, o maior impacto na redução do endividamento de médio e longo prazo decorre das amortizações realizadas por conta dos empréstimos bancários contratualizados pela Câmara Municipal da Maia, sendo os demais contributos provenientes das empresas TECMAIA e da NET, pouco expressivos.

Do agregado das sociedades de natureza empresarial que tem impacto no endividamento municipal, continua a sobressair, em resultado da sua materialidade, a contribuição negativa oriunda da empresa TECMAIA, ao influenciar o endividamento bancário de médio e longo prazo do município no montante de 8.469.658€, não obstante a ligeira redução apresentada.

No Gráfico 11 é facilmente visível o comportamento do município em matéria de endividamento bancário de médio e longo prazo à data, assim como do peso de cada uma das entidades participadas neste tipo de endividamento.

Gráfico 11

**EMPRÉSTIMOS MLP
Ano 2012**

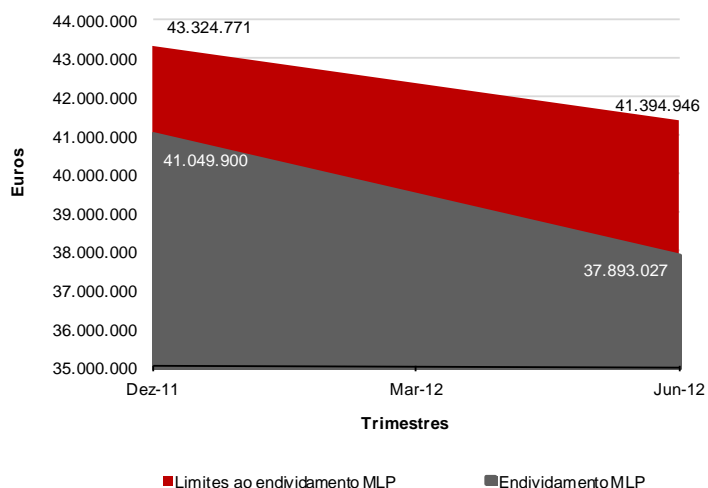
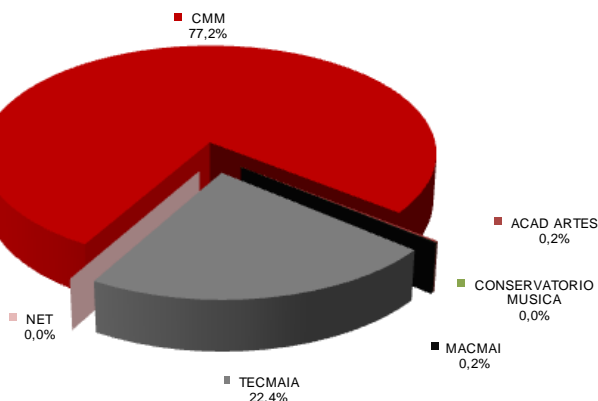


Gráfico 12

ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO DE MLP



LIMITE AO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICIPAL

A avaliação do endividamento líquido municipal seguidamente desenvolvida atende à informação contida no balanço, englobando por isso, quer as operações orçamentais quer as não orçamentais, ao contrário da avaliação desenvolvida no capítulo da dívida de curto prazo, considerando que o conceito de endividamento líquido municipal legalmente definido é compatível com o Sistema Europeu de Contas Regionais e Locais de 1995 (SEC). Pretende-se assim determinar a diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos ativos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria, os créditos sobre terceiros e os investimentos financeiros.

Tendo em vista o necessário enquadramento do município quanto a esta matéria, em resultado da apreciação das contas das entidades de natureza empresarial, e aplicando dita a regra do equilíbrio anual, reproduz-se em quadro próprio a contribuição individual de cada uma para o nível do endividamento líquido à data de 30 de Junho de 2012, bem como as contribuições dos Serviços Municipalizados e Associações de Municípios.

Quadro 26

CONTRIBUIÇÃO PARA O ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	
1.º Semestre de 2012	
Identificação	Impacto
Entidades de Natureza Empresarial que violam a regra de equilíbrio (1)	10.704.022
Academia das Artes	224.335
Conservatório de Música	99.733
Macmai	84.305
Tecmaia (5%)	10.173.858
Municipia	0
Net	0
Hospital Lidador	121.791
Serviços Municipalizados (2)	-6.926.633
Lipor (3)	1.487.441
Grande Área Metropolitana (4)	-474.321
Câmara Municipal (5)	5.980.056
Créditos sobre o SEL que não viola a regra do equilíbrio (6)	3.302.146
TOTAL DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO = (1) a (6)	14.072.711
LIMITE LEGAL DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO - APURAMENTO 31/12/2011	19.498.140
POSICIONAMENTO FACE AO LIMITE	-5.425.429

Un: Euros

Mais uma vez se regista que a Municipia e a Net, apesar de evidenciarem contas desequilibradas, apresentam mais ativos financeiros do que passivos financeiros relevantes para o endividamento líquido, o que determina um endividamento líquido negativo. Acresce porém que, as entidades de natureza empresarial que reúnam as condições descritas não revelam para efeitos do limite do endividamento líquido (o mesmo não se passa em relação aos limites de empréstimos), fruto da interpretação sistemática

do quadro legal em vigor, nomeadamente dos art.31.^o e 32.^o do Regime Jurídico do Sector Empresarial Local, e que em sede de Lei do Orçamento de Estado ficou expressamente estabelecido.

Neste âmbito, importa ressaltar que o valor de 224.335 € imputado à Academia das Artes respeita a um crédito a favor do município, que por força do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei das Finanças Locais deverá ser considerado para efeitos de contribuição para o endividamento líquido.

Das sociedades de natureza empresarial que violam a regra de equilíbrio de contas e que têm impacto no endividamento municipal, continua a destacar-se pela sua materialidade a contribuição negativa da empresa TECMAIA, ao determinar um acréscimo do endividamento líquido municipal em 10.173.858€, do qual decorre um agravamento do seu contributo para o endividamento líquido face a 2011 na ordem dos 324.808€.

Em matéria de regime excecionado, quanto ao endividamento líquido municipal foi ainda excluído o valor de 19.693.239 € em dívida à EDP espelhado no balanço dos SMAS

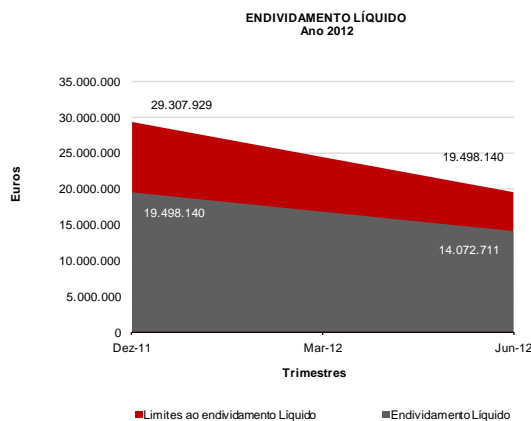
A participar negativamente para este grau de endividamento, apesar do valor ser inferior ao do ano passado, aparece ainda a LIPOR com 1.487.441€.

Contribuem positivamente para este limite os Serviços Municipalizados e a Grande Área Metropolitana do Porto (GAMP), com 6.926.633€ e 474.321€, respetivamente, refletindo uma melhoria no seu posicionamento do endividamento líquido.

Alude-se também ao contributo adveniente dos créditos do município sobre as entidades participadas, onde se destacam os existentes sobre a Lipor, a Espaço Municipal e a Portgás, assim como eventuais desacertos resultantes da circularização das contas correntes, valores meramente residuais.

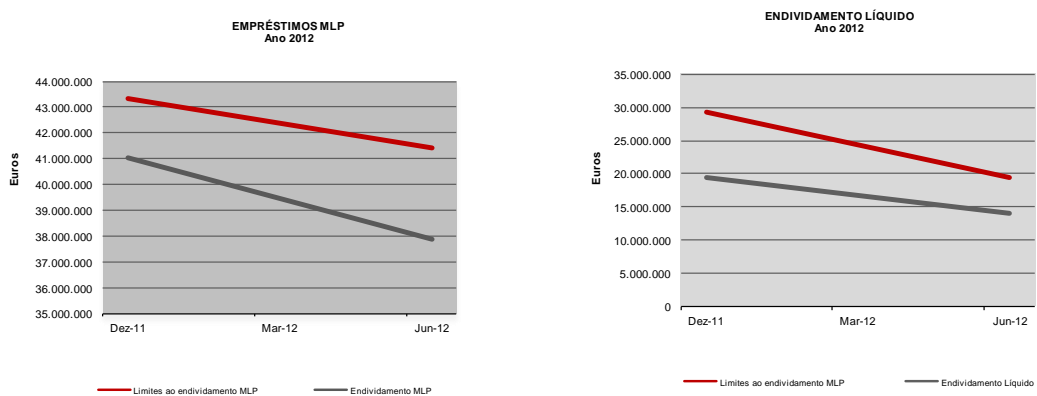
A leitura dos dados apresentados, cuja informação se encontra sistematizada no quadro introduzido na parte final deste capítulo (Quadro 27), permite concluir que, em conformidade com a aplicação das regras existentes e apesar do impacto negativo do sector empresarial local e das restrições impostas pela LOE, para um limite de endividamento líquido de 19.498.140€ o município apresenta 14.072.711€ no final deste primeiro semestre de 2012, posicionando-se, mesmo assim, abaixo do limite legalmente imposto, em (-) 5.425.429€, como bem ilustra o gráfico que se segue.

Gráfico 13



Por último, insere-se um mapa resumo representativo do posicionamento do município em matéria de endividamento à data de 30 de Junho de 2012, onde se sistematiza a informação relativa ao endividamento líquido e ao endividamento do médio e longo prazo de todas as entidades relevantes para os limites legais, bem como a respetiva ilustração gráfica desse posicionamento.

Gráfico 14



Quadro 27

SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO FACE AOS LIMITES DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL																			
1.º Semestre de 2012																			
SECTOR EMPRESARIAL LOCAL																			
	CMM	SMAS	EMEM - ESTACIONA	ACADEMIA ARTES	CONSERVATÓRIO DE MÚSICA	MAIAMBIENTE	ESPAÇO MUNICIPAL	MACMAI, LDA	TECMAI, SA	MUNICÍPIA	NET	PRIMUS	PORTGÁS	HOSPITAL LIDADOR ***	LIPOR	GAMP	TOTAL		
Total do endividamento																			
(1) Endividamento Líquido*	74.837.096	28.831.735	0		99.733	0	0	84.305	11251206	0	0	0		121792	17.105.897	-474.321	131857.444		
(2) Empréstimos de MLP*	47.726.173	0	0	65.480	156	0	0	77.255	8.469.658	36.853	545	0		0	9.744.264	0	66.120.385		
Exceções ao endividamento **	68.857.040	35.758.368	-92	-224.335	0	-39.050	-2.286.415	0	1.077.349	0	0	0	-976.590	1	15.618.457	0	117.784.733		
(3) Subsídios ao Investimento	50.373.945	1.065.129	0	0	0	0	0	0	1075.947	0	0	0		1	9.113.151	0	76.628.173		
(4) Desacertos Creditos s/ SEL/Creditos S/CMM	0	0	-92	-224.335	0	-39.050	-2.286.415	0	1402	0	0	0	-976.590	0	-3.238.959	0	-6.764.038		
(5) Dividas à EDP	0	19.693.239	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		0	0	0	19.693.239		
(6) Empréstimos de MLP *excepcionados	18.483.095	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		0	9.744.264	0	28.227.359		
Endividamento a considerar																			
(7) Endividamento Líquido = (1)-(3)-(4)-(5)	5.980.056	-6.926.633	92	224.335	99.733	39.050	2.286.415	84.305	10.173.858	0	0	0	976.590	121.791	1.487.441	-474.321	14.072.711		
(8) Empréstimos de MLP = (2)-(6)	29.243.078	0	0	65.480	156	0	0	77.255	8.469.658	36.853	545	0	0	0	0	0	37.893.027		
Verificação do cumprimento dos limites a 2011-06-30																			
Limites																			
(9) Limite do Endividamento Líquido - Art.º 66º LOE2012																	19.498.139,91	19.498.140	
(10) Empréstimos de MLP									100,00%								41.394.946,28	41.394.946	
Montante em excesso																			
Endividamento Líquido = (7)-(9)																		-5.425.429	
Taxa de utilização de EL																		72%	
Empréstimos de MLP = (8)-(10)																		-3.501.920	
Taxa de utilização de EM LP																		92%	
Empréstimos de MLP excluindo PREDE																		29.863.886	
Taxa de utilização de EM LP excluindo PREDE																		72%	
Endividamento à data de 31/12/2011																			
Endividamento Líquido																		19.498.140	
Taxa de utilização de EL																		67%	
Empréstimos de MLP																		41.049.900	
Taxa de utilização de EM LP																		95%	
Empréstimos de MLP excluindo PREDE																		32.268.027	
Taxa de utilização de EM LP excluindo PREDE																		74%	
Varição do Endividamento entre 2011 e 1.º Sem 2012																			
Endividamento Líquido																		Taxa	Valor
Empréstimos de MLP																		-27,83%	-5.425.429
																		-7,69%	-3.156.873

Un: Euros

*A parte dos SMAS refere-se exclusivamente à dívida à EDP

** Consideradas para efeitos de cálculo dos limites do endividamento, isto é, deduzindo as cortas 27.45 a 27.49 e 23 excepcionada.

*** Os dados referentes ao Hospital Lidador são os constantes do reporte provisório apresentado em 31/12/2009.

**2
0
1
2**

ANÁLISE ECONÓMICO- FINANCEIRA

maia
CÂMARA MUNICIPAL

O capítulo aqui desenvolvido pretende demonstrar a situação económica e financeira do Município em 30 de junho de 2012, sem contudo proceder a uma análise tão extensiva como a que é realizada no final de cada exercício económico.

Dado que o balanço patrimonial é uma peça contabilística estática, a comparação será efetuada com os valores apresentados em 31 de dezembro de 2011. A comparação da demonstração de resultados, sendo este um mapa dinâmico, será com a informação dos períodos homólogos.

2
0
1
2

BALANÇO

maia
CÂMARA MUNICIPAL

O Balanço que em seguida se expõe agrega um conjunto de rubricas, bens, direitos e obrigações e tem como desígnio evidenciar a posição económico-financeira do Município em 30 de junho de 2012, assim como a respetiva evolução patrimonial, utilizando para isso os dados de encerramento de exercício do ano de 2011.

Quadro 28

ESTRUTURA E EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DA AUTARQUIA - Balanço Sintético						
Descrição	Jun-12		2011		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ativo Líquido	448.538.022	100,00%	450.852.531	100,00%	-2.314.509	-0,51%
Imobilizado	433.224.808	96,59%	436.921.816	96,91%	-3.697.008	-0,85%
Circulante						
Existências	447.622	0,10%	512.743	0,11%	-65.121	-12,70%
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	6.467.950	1,44%	5.116.766	1,13%	1.351.184	26,41%
Disponibilidades	7.065.309	1,58%	6.192.689	1,37%	872.620	14,09%
Acréscimos e Diferimentos	1.332.333	0,30%	2.108.517	0,47%	-776.185	-36,81%
Passivo	137.109.354	100,00%	139.106.641	100,00%	-1.997.287	-1,44%
Provisões para riscos e encargos	3.178.457	2,32%	3.178.457	2,28%	0	0,00%
Dívidas a Terceiros					0	
Médio e Longo Prazo	41.038.696	29,93%	44.890.462	32,27%	-3.851.766	-8,58%
Curto Prazo	25.193.199	18,37%	25.428.351	18,28%	-235.152	-0,92%
Acréscimos e Diferimentos	67.699.002	49,38%	65.609.371	47,16%	2.089.631	3,18%
Fundos Próprios	311.428.668	100,00%	311.745.890	100,00%	-317.222	-0,10%
Património	301.890.045	96,94%	300.932.890	96,53%	957.154	0,32%
Ajustamentos Partes Capital em Empresas	-14.964	0,00%	-14.964	0,00%	0	0,00%
Reservas	18.723.449	6,01%	17.521.965	5,62%	1.201.484	6,86%
Resultados Transitados	-6.694.002	-2,15%	-2.705.855	-0,87%	-3.988.147	147,39%
Resultado Líquido do Exercício	-2.475.860	-0,80%	-3.988.147	-1,28%	1.512.286	-37,92%

Un.: Euros

ACTIVO

À data de 30 de junho, verifica-se que o Ativo Líquido Total é de 448.538.022 €, sendo este composto essencialmente pelo *Imobilizado*, com um total de 433.224.808 €, reunindo também, o ativo circulante com um valor de 13.980.881 € e os *Acréscimos e Diferimentos* que atingiram 1.332.333 €.

Imobilizado

Tal como sucedeu nos períodos transatos, o ativo imobilizado configura assim a parcela com maior peso no total do ativo, situando-se no primeiro semestre de 2012 nos 96,6%.

De uma apreciação mais detalhada à estrutura do imobilizado, verifica-se uma ligeira descida do valor da maioria das suas rubricas quando comparadas com o final do ano de 2011, contrariadas, apenas, pelas imobilizações incorpóreas devido à elaboração do plano de mobilidade sustentável do Concelho da Maia, que se iniciou em 2011.

Quadro 29

ATIVO LIQUIDO IMOBILIZADO - Variação 2011/2012						
Rubricas	30-Jun-12		2011		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Variação %	Variação Absoluta
Bens de Domínio Público	121.739.145	28,10%	124.086.567	28,40%	-1,89%	-2.347.422
Imobilizações Incorpóreas	1016.852	0,23%	1.008.049	0,23%	0,87%	8.804
Imobilizações Corpóreas	279.262.920	64,46%	280.064.495	64,10%	-0,29%	-801.575
Investimentos Financeiros	31.205.891	7,20%	31.762.705	7,27%	-1,75%	-556.814
TOTAL	433.224.808		436.921.816		-0,85%	-3.697.008

Un.: Euros

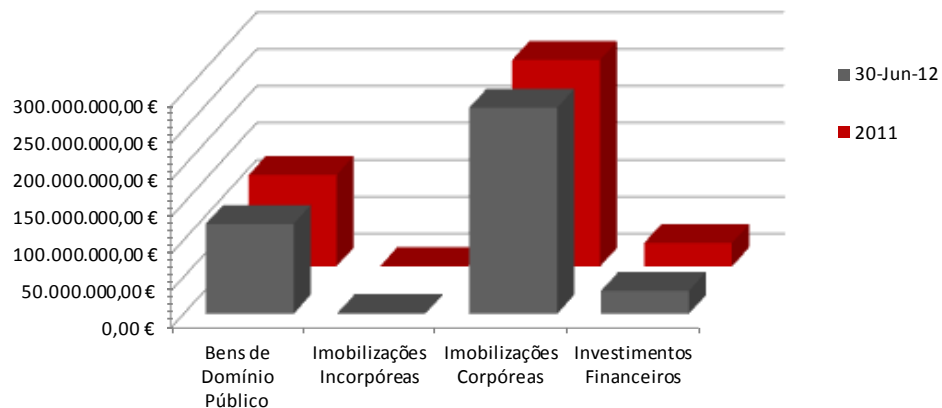
Os bens corpóreos, com um total de 279.262.920 €, representam cerca de 64,5% do ativo fixo, tendo como componente principal, os edifícios e outras construções, destacando-se aqui a transferência para imobilizado firme de obras de requalificação de vários centros escolares no valor de 901.132 € e instalações desportivas num total e 646.484 €.

Os bens de domínio público demonstram uma oscilação negativa de (-) 1,89% originada pelo aumento das amortizações do período, dada a passagem do imobilizado em curso para o imobilizado firme de diversas infra estruturas, nomeadamente beneficiação de arruamentos.

No que diz respeito aos investimentos financeiros, verifica-se a diminuição de (-) 1,75%, justificada na íntegra pelo reforço das respetivas provisões, designadamente no valor de 287.051 € na rubrica *Partes de Capital*, e no montante de 269.763 € na rubrica de *Outras Aplicações Financeiras*, mais concretamente no que se refere aos fundos de investimento imobiliário.

Gráfico 15

Estrutura da Ativo Líquido do Imobilizado



Atente-se que, no final do semestre, o valor líquido dos capitais dos fundos de investimento imobiliário encontram-se valorizados no seu todo em 14.073.160 €, em resultado da perda de valorização associada à crise generalizada da atividade imobiliária, o que determinou a necessidade de reforçar a provisão no montante referido.

Quadro 30

OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS					
Natureza	Unidades de Participação	Valor Nominal	30-Jun-12		
			Valor Bruto de Balanço	Provisão	Valor Líquido
Fundo de Investimento Imobiliario Fechado (Maia Golf)	5.500	1000	5.500.000	2.025.739	3.474.261
Fundo de Investimento Imobiliario Fechado (Maia Imo)	6.000	1000	6.000.000	153.116	5.846.884
Fundo de Investimento Imobiliario Fechado (Praça Maior)	5.000	1000	5.000.000	247.985	4.752.015

Un. Euros

Quadro 31

IDENTIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO							
Designação	30-Jun-12				2011		
	Activo Líquido	Passivo	Capital do Fundo	Resultado Líquido	Activo Líquido	Passivo Líquido	Resultado Líquido
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Maia Golfe	12.694.550	9.220.289	3.474.261	-18.038	12.696.572	9.104.273	-1369.795
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Maia Imo	11996.890	6.150.006	5.846.884	-26.879	12.046.249	6.172.486	-49.131
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Praça Maior	7.518.687	2.766.672	4.752.015	-124.846	7.463.245	2.586.384	-132.282

Un.: Euros

Circulante

O ativo circulante, com uma representação de 3,12% no total do ativo líquido, traduz o conjunto das existências, dívidas de terceiros e disponibilidades.

A rubrica de disponibilidades apresenta um aumento de (+) 14,09% em relação ao ano anterior, arrecadando mais de 50% do total do ativo circulante, seguida das dívidas de terceiros que contribuem com 46,26% e por último das existências com 3,2%.

Dada a sua importância, e para uma melhor compreensão da natureza dos valores apresentados na rubrica de dívidas de terceiros, insere-se um quadro com o desdobramento das respetivas subcontas, com valores brutos.

Quadro 32

DÍVIDAS DE TERCEIROS - Ativo Bruto			
	30-Jun-12	2011	Varição 2011/2012
Empréstimos Concedidos	77.583	81.255	-4,52%
Clientes/Contribuintes e Utentes c/c	505.403	640.468	-21,09%
Clientes/Contrib./Utentes/Deved. Diversos - Cobrança Duvidosa	9.333.056	9.149.048	2,01%
Estado e Outros Entes Públicos	0	4.866	-100,00%
Outros Devedores	4.473.032	2.407.780	85,77%
Devedores de Transferências para as Autarquias Locais	2.546.324	486.225	423,69%
Devedores Diversos - Outros	1.926.708	1.921.555	0,27%
TOTAL	14.389.075	12.283.417	17,14%

Un.:Euros

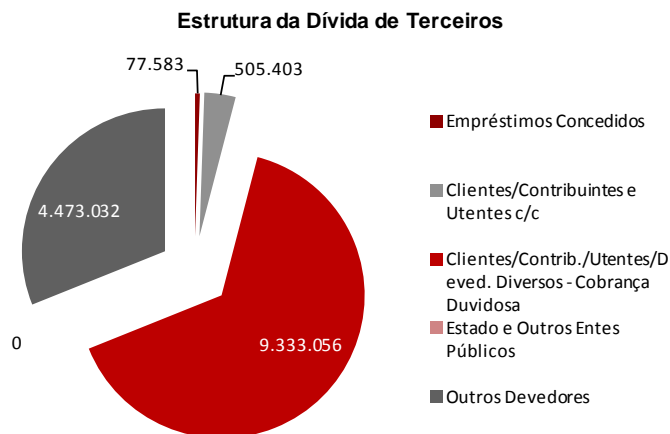
Genericamente, as dívidas de terceiros revelaram uma subida na ordem dos (+) 17%, contribuindo para isso, fundamentalmente, o aumento da rubrica *Devedores de Transferências para as Autarquias Locais*, em (+) 423,69%. Tal aumento deve-se ao reconhecimento dos subsídios indexados à “Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar”, que se encontravam ao abrigo dos projetos de investimentos cofinanciados por Fundos Comunitários do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

Em conformidade com anteriores gerências, os *Clientes, Contribuintes e Devedores Diversos em Cobrança Duvidosa* representam a maior fatia das dívidas a receber, tendo inclusive registado um acréscimo de (+) 2,01%. Atente-se porém que o Município tem provisionado parte significativa desta

divida, que em face do reforço de 754.473 € realizado no primeiro semestre deste ano, totaliza o montante de 7.921.125 €.

Salienta-se a redução do valor da dívida de *Cientes, Contribuintes e Utentes c/c*, nomeadamente nos *Impostos Indiretos*, principalmente justificada pela transferência de valores para cobrança duvidosa, no âmbito do regular fluxo da gestão das dívidas de terceiros.

Gráfico 16



As *Disponibilidades* a 30 de junho de 2012 totalizam 7.065.309 €, dos quais 7.026.506 € provêm de Depósitos em Instituições de Crédito e 38.803 € de Caixa.

Acréscimos e Diferimento

Do cumprimento do princípio da especialização dos exercícios resulta a inclusão nas demonstrações financeiras, no ativo do balanço, das rubricas de *Acréscimos de Proveitos* e de *Custos Diferidos*, cuja disposição se apresenta.

Quadro 33

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
27.1 - Acréscimos de Proveitos		1.263.428
27.11	Juros a Receber	11.091
27.13	Impostos e Taxas	928.864
27.14	Subsídios Correntes	157.220
27.15	Instalações Desportivas	16.411
27.19	Outros Acréscimos de Proveitos	149.843
27.2 - Custos Diferidos		68.905
27.2.1	Prémios de Seguro	68.648
27.2.9	Outros Custos Diferidos	257

Un.: Euros

O reconhecimento dos custos e proveitos de natureza ativa apresentaram um total de 1.332.333 €, menos (-) 776.185€ que no final de 2011, o que traduz uma variação de (-) 37%, correspondendo 1.263.428 € a *Acréscimos de Proveitos* e 68.905 € a *Custos Diferidos*.

Os *Acréscimos de Proveitos* ascenderam a 1.263.428 €, sendo o reconhecimento dos *Impostos e Taxas* a rubrica com maior impacto, com um peso de 73,52%, na qual se encontra refletida a receita arrecadada em julho de 2012, mas cujo valor respeita ao mês de junho, nomeadamente o *I.U.C.* (216.687 €), *I.M.T.* (329.885 €), *I.M.I* (274.738 €) e a *Derrama* (96.135 €).

A especialização dos *Subsídios Correntes* contribuíram com 12,44% para a formação dos *Acréscimos dos Proveitos*, devido ao reconhecimento no primeiro semestre da receita com o programa de expansão do Pré-escolar componente social.

PASSIVO

É reportada para capítulo próprio do presente Relatório de Gestão uma análise mais detalhada da dívida do Município, pelo que todas as considerações aí contidas se aplicam direta ou indiretamente aos comentários a esta rubrica, registando-se contudo que as importâncias aqui referidas no quadro das dívidas a terceiros incluem quer as operações orçamentais, quer as não orçamentais, sendo a estas últimas imputáveis as eventuais diferenças verificadas em relação aos valores constantes naquele capítulo.

Tal como tem acontecido nos últimos períodos, o passivo registou no final do semestre de 2012 uma quebra de (-) 1,44%, originada pela descida das *Dívidas a Terceiros*, tanto no curto prazo como a médio e longo prazo, contrapondo no entanto com os *Acréscimos e Diferimentos* que obtiveram um aumento no montante de 2.089.631 €.

O total do *Passivo* somou no primeiro semestre um montante de 137.109.354 €, sendo este composto pela rubrica de *Provisões para Riscos e Encargos*, com uma percentagem de 2,3%, pelas *Dívidas de Terceiros*, que representam 48,3%, e pelos *Acréscimos e Diferimentos*, que contrariamente a anos anteriores apresentam um contributo superior, posicionando-se como a rubrica mais influente na formação do valor do passivo com o peso de 49,4%.

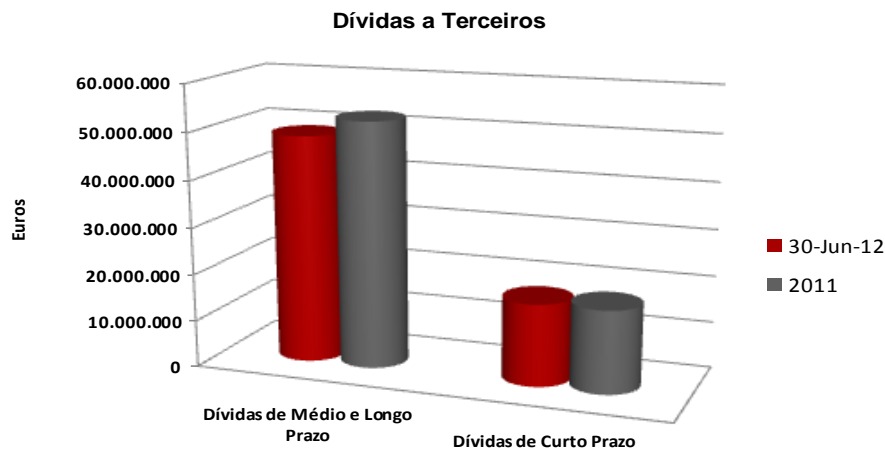
Quadro 34

DÍVIDAS A TERCEIROS - Operações Orçamentais e Não Orçamentais			
	30-Jun-12	2011	Variação
Dívidas de Médio e Longo Prazo	48.730.633	52.567.656	-7,30%
Dívidas de Curto Prazo	17.501.262	17.751.157	-1,41%
Total	66.231.895	70.318.813	-5,81%

Un.: Euros

*A classificação atende à natureza dos empréstimos e não à sua exigibilidade, como retrará o balanço

Gráfico 17



Dado a sua relevância material, as *Dívidas a Terceiros*, com um montante de 66.231.895 €, em 30 de junho de 2012, carecem de uma análise mais profunda.

As dívidas de médio e longo prazo, com um montante de 48.730.633 €, tal como vem sendo habitual, são as que mais contribuem para o total das dívidas a terceiros, contudo verifica-se a existência de uma diminuição de (-) 7,3%. Dado que esta natureza de dívida reporta essencialmente a empréstimos bancários obtidos, cerca de 98%, demonstra-se assim que o Município no período em análise não contraiu empréstimos, remetendo-se apenas ao pagamento das prestações exigidas. Os restantes 2% respeitam a dívidas a fornecedores de imobilizado com um valor de 1.004.460 €.

Quadro 35

DÍVIDAS A TERCEIROS			
Operações Orçamentais	30-Jun-12	2011	Variação
Médio e Longo Prazo	48.730.633	52.567.656	-7,3%
Curto Prazo	12.955.923	13.209.687	-1,9%
Adiantamentos de Clientes, Contribuintes e Utentes	29.200	29.200	0,0%
Fornecedores c/c (incluindo facturas em recepção/conferência)	1313.685	1257.001	4,5%
Fornecedores de Imobilizado c/c (incluindo facturas recepção/conferência)	6.072.636	6.567.481	-7,5%
Estado e Outros Entes Públicos:	20.411	0	-
Outros Credores	5.519.991	5.356.005	3,1%
Sub-Total	61.686.556	65.777.343	-6,2%
Operações Não Orçamentais	30-Jun-12	2011	Variação
Curto Prazo	4.545.339	4.541.470	0,1%
Clientes e Utentes c/ Cauções:	1925.820	1892.465	1,8%
Fornecedores de Imobilizado c/ cauções	1413.676	1454.648	-2,8%
Estado e Outros Entes Públicos:	244.371	221057	10,5%
Outros Credores	961472	973.300	-1,2%
Sub-Total	4.545.339	4.541.470	0,1%
TOTAL	66.231.895	70.318.813	-5,8%

Un.: Euros

No que respeita as operações orçamentais de curto prazo, a diminuição de (-) 1,9% deriva sobretudo da conjugação da descida em cerca de 494.845 € das dívidas de *Fornecedores de imobilizado*, que reflete o esforço para a redução da dívida, mas também de uma pequena subida de 56.684 € na rubrica de

Fornecedores c/c, e de 163.986 € na conta de credores diversos, esta devido à aquisição de um terreno para a construção de habitação social com vista a realojamentos, no âmbito do alargamento e beneficiação da A4.

Quanto aos valores constantes de *Operações Não Orçamentais*, apenas se regista que as mesmas dizem respeito a operações de tesouraria e cauções em dinheiro que mais não são do que cobranças que os serviços autárquicos realizam para terceiros, funcionando como operações de entradas e saídas de fundos à margem do orçamento, que só são objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial.

Acréscimos e Diferimentos

Observando o princípio da especialização dos exercícios, reporta-se nas demonstrações financeiras, no passivo do balanço, as rubricas com os *Acréscimos de Custos* e de *Proveitos Diferidos*, cuja constituição se demonstra de seguida.

Quadro 36

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	
27.3 - Acréscimos de Custos	3.237.059
27.3.2 Remunerações a Liquidar em 2012	2.734.682
27.3.3 Juros a Liquidar	166.556
27.3.9 Outros Acréscimos de Custos	335.821
27.4 - Proveitos Diferidos	64.461.943
27.4.2 Rendas:	14.087.998
Processo de antecipação de rendas	12.767.201
Outras rendas	9.047
Direito de Superfície	1311.750
27.4.5 Subsídios para Investimentos	48.508.893
27.4.9 Outros Proveitos Diferidos	1.865.053

Un: Euros

Os custos e proveitos de natureza passiva totalizaram 67.699.002 €, correspondendo aos *Acréscimos de Custos* o valor de 3.237.059 €, com um incremento de 24,35%, e aos *Proveitos Diferidos* o montante de 64.461.943 €, tendo estes um acréscimo de 2,31%, quando comparados com os valores de 31 de dezembro do ano anterior.

Nos *Acréscimos e Diferimentos* salienta-se a componente de *Remunerações a Liquidar* em 2012, cujo tratamento contabilístico atendeu às disposições legais recentemente estabelecidas em matéria de despesas com pessoal.

Os *Subsídios ao Investimento* permanecem como sendo o elemento de maior peso no total dos proveitos diferidos, dizendo respeito às participações a obter no âmbito de projetos cofinanciados, nomeadamente com a medida FEDER, no âmbito do programa “ON 2 – Programa Operacional Regional do Norte”, que no primeiro semestre aumentaram 228.400 €, em resultado do reforço das respetivas taxas de participação associadas à construção e ampliação de centros escolares e do projeto SIMA - Sistema Integrado de Modernização Autárquica.

Seguem-se as *Rendas* no valor global de 14.087.998€, cujo maior peso advém do processo de cessão das rendas habitacionais de contratos de arrendamento e promessa de compra e venda, promovido pela empresa Espaço Municipal, cujo valor oportunamente pago ao Município é transferido para proveitos na proporção das rendas futuras a arrecadar, referentes ao Imobilizado património da Autarquia e que é alvo de amortização.

FUNDOS PRÓPRIOS

Quadro 37

FUNDOS PRÓPRIOS				
30-06-2012				
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51 Património	300.932.890	1.050.384	93.230	301.890.045
511 Património Inicial	237.402.328	1.050.384	93.230	238.359.482
5111 Saldo Abertura POCAL	189.891.029	0	0	189.891.029
5112 Correções ao Balanço Inicial	47.511.299	1.050.384	93.230	48.468.453
512 Património Adquirido	63.530.562	0	0	63.530.562
55 Ajustamentos de partes de capital em empresas	-14.964	0	0	-14.964
56 Reservas de Reavaliação	0	0	0	0
57 Reservas	17.521.965	1.202.864	1.380	18.723.449
571 Reservas Legais	3.343.714	0	0	3.343.714
575 Subsídios	870.424	1.123.421	0	1.993.845
576 Doações	4.560.319	78.062	0	4.638.381
577 Reservas decorrentes da transferências activos	2.100.329	0	0	2.100.329
578 Cedências	3.488.639	1.380	1.380	3.488.639
579 Outras	3.158.540	0	0	3.158.540
59 Resultados Transitados	-2.705.855	34.077	4.022.224	-6.694.002
88 Resultado Líquido do Exercício	-3.988.147	3.988.147	0	0
Totais	311.760.854	6.275.472	4.116.834	313.904.528

Un: Euros

Os *Fundos Próprios* totalizam em 30 de junho de 2012 o valor de 313.904.528 €, o que representa uma pequena descida de (-) 0,58% em relação ao final do ano anterior.

A diminuição dos *Fundos Próprios*, no montante de (-) 1.829.509 € resultou, na sua maioria, do impacto dos *Resultados Transitados*, designadamente por via da aplicação do *Resultado Líquido do Exercício* apurado em 2011, (-) 3.988.147€, que acabou por ser muito amortecido pela influência positiva da contabilização em balanço inicial de factos não registados no devido tempo, bem como o reconhecimento de *Subsídios à Exploração e de Doações e Cedências*, estas duas últimas sem qualquer materialidade.

2
0
1
2

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

maia
CÂMARA MUNICIPAL

Quadro 38

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				
	30-Jun-12	30-Jun-11	Variação	
			Valor	%
CUSTOS E PERDAS				
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	392.723	479.825	-87.102	-18,5%
Fornecimento e Serviços Externos	6.727.205	6.481.803	245.402	3,79%
Custos com Pessoal	9.629.083	10.060.232	-431.149	-4,29%
Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	2.481.779	1.773.302	708.478	39,95%
Amortizações do Exercício	7.926.639	7.889.134	37.505	0,48%
Provisões do Exercício	754.473	1610.267	-855.794	-53,15%
Outros Custos e Perdas Operacionais	27.558	84.026	-56.469	-67,20%
	(A) 27.939.460	28.378.589	-439.128	-1,55%
Custos e Perdas Financeiras	1402.042	927.119	474.924	5123%
	(C) 29.341.503	29.305.708	35.795	0,12%
Custos e Perdas Extraordinárias	2.850.029	2.873.871	-23.842	-0,83%
	(E) 32.191.532	32.179.579	11.953	0,04%
Resultado Líquido do Exercício	-2.475.860	-1.448.612	-1.027.248	70,91%
	29.715.672	30.730.966	-1.015.295	-3,30%
PROVEITOS E GANHOS				
Vendas e Prestação de Serviços	3.016.139	2.961.554	54.585	184%
Impostos e Taxas	17.138.200	15.461.051	1.677.149	10,85%
Proveitos Suplementares	27.795	20.981	6.814	32,48%
Transferências e Subsídios Obtidos	7.703.582	8.091.438	-387.856	-4,79%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	12.283	7.078	5.205	73,54%
	(B) 27.897.998	26.542.101	1.355.897	5,11%
Proveitos e Ganhos Financeiros	145.951	172.875	-26.924	-15,57%
	(D) 28.043.949	26.714.976	1.328.973	4,97%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	1.671.723	4.015.991	-2.344.267	-58,37%
	(F) 29.715.672	30.730.966	-1.015.295	-3,30%
RESUMO				
Resultados Operacionais antes das amortizações e provisões	8.639.650	7.662.914	976.736	12,75%
Resultados Operacionais após amortizações e provisões: (B-A)	-41.463	-1.836.487	1.795.025	-97,74%
Resultados Financeiros: (D-B)-(C-A)	-1.256.092	-754.244	-501.848	66,54%
Resultados Correntes: (D-C)	-1.297.554	-2.590.732	1.293.177	-49,92%
Resultados Líquido do Exercício:	-2.475.860	-1.448.612	-1.027.248	70,91%

Un. Euros

A análise à *Demonstração de Resultados* permite concluir que neste primeiro semestre de 2012 se registou uma diminuição do *Resultado Líquido do Exercício* em relação ao período homólogo, e consequentemente um agravamento do seu posicionamento negativo ao assumirem (-) 2.475.860€, note-se porém, por via de uma influência distinta de cada uma das tipologias de resultados.

Com efeito, é visível que os *Resultados Operacionais* apesar de continuarem negativos em (-) 41.463€, melhoraram significativamente face ao ano anterior ao recuperarem (+) 1.795.025€, pelo que é o agravamento do prejuízo dos resultados financeiros e extraordinários do município, o grande responsável por aquele posicionamento dos resultados líquidos.

Atente-se ainda que o *Resultado Operacional* é fortemente influenciado pelas *Amortizações e Provisões do Exercício*, que uma vez isoladas, comprovam que a atividade operacional normal do município conseguiu neste semestre gerar proveitos superiores aos seus custos em 8.639.650€, o que traduz uma melhoria de resultados face ao ano anterior na ordem de 1.000.000€.

Conclui-se de igual modo que é a atividade operacional que mais contribui para a formação dos resultados, mantendo assim a tendência dos últimos anos.

São também os *Resultados Operacionais*, aqueles que apresentam o aumento mais acentuado, exercido essencialmente pelo desempenho da rubrica de *Impostos e Taxas*, que continua a ser aquela que mais contribui para a formação de receita da autarquia, e que apresenta um aumento de (+) 1.677.149 €, fruto

da variação das componentes do *IMI*, *IUC* e *Derrama*, que no seu conjunto comportam uma variação positiva de (+)1.501.214 €.

Contrariando esta variação esteve a rubrica de *Transferências e Subsídios Obtidos*, que manifestou um decréscimo de (-) 387.856 €, acentuado, essencialmente, pela quebra da *Participação Comunitária em projetos cofinanciados* (36.014 €), pelo *Fundo de Equilíbrio Financeiro Corrente* (200.815 €) e pelo *Fundo Social Municipal* (133.284 €).

Apesar da variação percentual acentuada nos *Outros Provedos e Ganhos Operacionais* de (+) 73,54%, em termos brutos essa variação traduz-se em 5.205 €, especialmente resultante da transferência de operações de tesouraria decorrentes da cobrança dos seguros da prática desportiva, no valor de 3.745 €, assim como a inscrição na formação para professores de Inglês das atividades de enriquecimento curricular, no montante de 1.813 €.

Do lado dos *Custos Operacionais*, estes, apresentam uma diminuição de (-) 1,55%, onde aparece com mais relevo a diminuição das *Provisões do Exercício*, (-) 53,15%, proveniente do facto de os processos judiciais em curso se manterem inalteráveis, não originando qualquer reforço ou redução das provisões anteriormente efetuadas, sendo apenas necessário reforçar as provisões para cobranças duvidosas, no valor de 754.473 €.

Os *Custos com Pessoal*, apresentam, igualmente, um decréscimo acentuado, no montante de 431.149 €, justificado, que independentemente da redução do número de funcionário, se deveu principalmente às implicações decorrentes da medida imposta em sede de LOE, que determina que «*Durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), como medida excepcional de estabilidade orçamental é suspendo o pagamento de subsídios de férias e de natal ou quaisquer prestações correspondentes aos 13.º e, ou, 14.º meses às pessoas (...) cuja remuneração base mensal seja superior a 1.100 €*», bem como de redução àqueles que auferem entre 600€ e 1.100€.

Os *Outros Custos e Perdas Operacionais* reduziram cerca de (-) 56.469 €, e os *Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas* apresentam um decréscimo de (-) 18,15%, este induzido pela redução das compras originada pelo maior controlo dos gastos por parte de Município.

Com tendência inversa, os *Fornecimentos e Serviços Externos*, demonstram um aumento de (+) 3,79%, que acaba por não refletir o substancial esforço realizado por parte do Município na redução destes custos, em muito amortecida por fatores externos incontroláveis pelos serviços, como é o caso do aumento da taxa do IVA de 6% para 23%, que implica de forma direta um aumento de (+) 17% na faturação de bens e serviços imprescindíveis ao bom funcionamento do Município, como o gás e eletricidade, assim como as refeições escolares com um incremento de (+) 10%, que viu a taxa do IVA subir de 13% para 23%.

Um outro fator externo muito determinante no aumento dos *Fornecimentos e Serviços Externos* foi o custo de 489.709,63€, a título de encargos da liquidação e cobrança, relacionados com a recente avaliação geral dos prédios urbanos (IMI) ainda em curso, conforme publicado no artigo 2.º da Portaria n.º 106/2012 de 18 de abril. Destaca-se que, expurgado este montante dos custos do período, e não obstante os fatores anteriormente referidos, a tendência seria infletida, registando-se mesmo assim uma redução na ordem dos (-) 3,8% dos *Fornecimentos e Serviços Externos*.

Com um aumento mais significativo, na ordem dos (+) 40%, apresentam-se as *Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais*, que na essência não se traduzem num verdadeiro aumento, uma vez que no ano de 2011 os duodécimos provenientes do subsídio à exploração no âmbito do contrato de gestão à Maiambiente apenas foram relevados no mês de Setembro, após visto do Tribunal de Contas, enquanto no presente exercício encontram-se a ser contabilizados mensalmente.

Os *Resultados Financeiros* apresentam uma variação acentuada, de (-) 501.848 €, fruto essencialmente da variação dos custos financeiros, que apresentam um aumento de (+) 51%, consequência do reforço das Provisões para Aplicações Financeiras, no valor de 269.763 €, indexada aos Fundos de Investimento Imobiliário “Maia Golf”, “Maia Imo” e “Praça Maior”, assim como o reforço associado ao investimento financeiro referente às participações nas empresas municipais, no montante de 287.051 €. Ao contrário, os juros suportados evidenciam uma diminuição (-) 8,41%, originada pela amortização da dívida de médio e longo prazo.

Por fim, nos resultados extraordinários, também estes com uma forte preponderância na formação do Resultado Líquido, releva-se como determinante a influência da conta 69.7 - Encargos com Anos Anteriores, em consequência da contabilização da regularização de amortizações efetuadas no âmbito da recuperação de empreitadas, que passou a ser relevada como custo extraordinário em vez de resultado transitado, dada a menor materialidade dos valores ora regularizados, uma vez que o efeito decorrente no lado dos proveitos da diminuição das Provisões, no valor de (-) 1.733.632 €, já explicado em sede de relato do ano anterior, foi compensado no lado dos custos por uma *Anulações de Receita de Anos Anteriores*, razão que determina que tais rubricas têm um impacto nulo na formação dos resultados extraordinários.

Os *Proveitos e Ganhos Extraordinários* viram também diminuir os *Benefícios de Penalidades Contratuais*, no montante de (-) 229.766 €, dos quais (-) 227.751 € respeitam a *Juros de Mora*, originando uma variação no total da rubrica de (-) 58,37%.

Apresenta-se em seguida dois gráficos (Gráfico 18 e Gráfico 19) que permitem avaliar de uma forma mais imediata as variações ocorridas nos custos e proveitos entre o 1.º Semestre de 2011 e o 2.º Semestre de 2012.

Gráfico 18

Custos do Exercício - Variação junho/2011-junho/2012

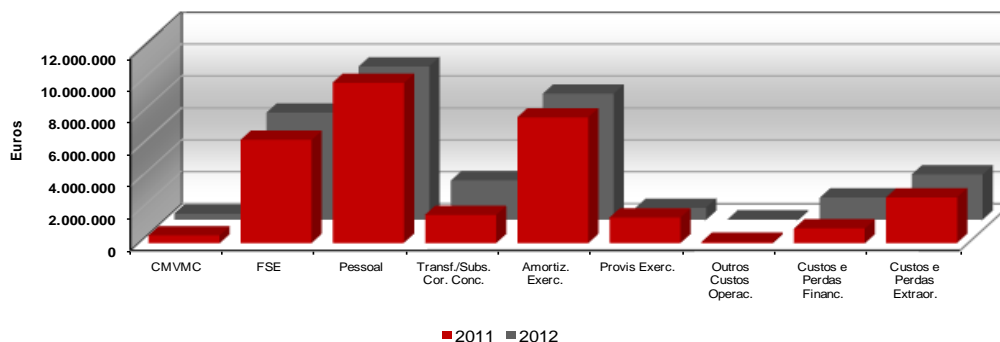
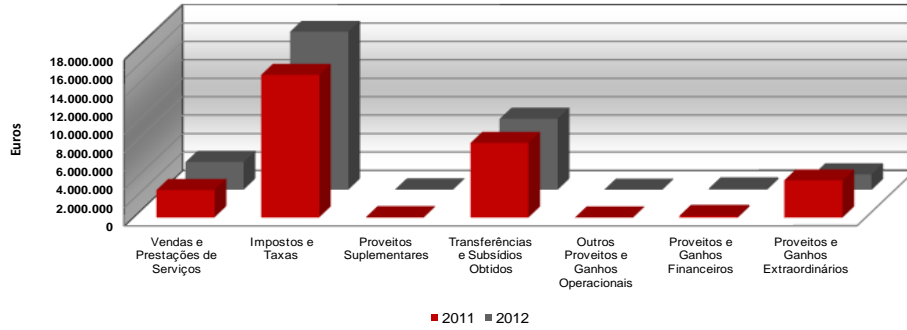


Gráfico 19

Proveitos do Exercício - Variação junho/2011-junho2012



2
0
1
2

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

maia
CÂMARA MUNICIPAL

BALANÇO

PAG. Junho 12
1

MUNICÍPIO DA MAIA

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCÍCIOS			
		Junho 12			2011
		AB	A/P	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	18.982.746,66		18.982.746,66	18.559.285,91
452	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
453	Outras construções e infra-estruturas	174.494.231,67	85.311.984,67	89.182.247,00	91.183.697,12
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	1.321.755,62	115.160,75	1.206.594,87	1.212.959,14
459	Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
445	Imobilizações em curso	11.630.199,20		11.630.199,20	12.393.267,89
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	737.357,20		737.357,20	737.357,20
		207.166.290,35	85.427.145,42	121.739.144,93	124.086.567,26
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação	1.382.969,12	1.336.147,72	46.821,40	64.093,64
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
433	Propriedade industrial e outros direitos	1.566.304,14	1.357.048,15	209.255,99	273.877,73
443	Imobilizações em curso	760.775,01		760.775,01	670.077,53
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00		0,00	0,00
		3.710.048,27	2.693.195,87	1016.852,40	1.008.048,90
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	43.673.685,31		43.673.685,31	41.683.745,70
422	Edifícios e outras construções	289.874.784,58	66.019.096,13	223.855.688,45	224.680.671,28
423	Equipamento básico	9.962.906,50	8.391.765,93	1.571.140,57	1.707.398,39
424	Equipamento de transporte	2.357.853,87	2.220.495,74	137.358,13	152.872,78
425	Ferramentas e utensílios	485.500,64	467.647,85	17.852,79	215.39,87
426	Equipamento administrativo	1.768.221,48	1.721.626,97	46.594,51	55.384,19
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	12.065.676,33	9.190.181,27	2.875.495,06	2.980.186,26
442	Imobilizações em curso	6.335.105,44		6.335.105,44	8.020.466,41
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	750.000,00		750.000,00	762.230,00
		367.273.734,15	88.010.813,89	279.262.920,26	280.064.494,88
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	19.788.544,81	2.672.859,13	17.115.685,68	17.402.737,01
412	Obrigações e títulos de participação	18.539,77	1.495,77	17.044,00	17.044,00
414	Investimento em imóveis	0,00		0,00	0,00
415	Outras aplicações financeiras	16.500.000,00	2.426.838,99	14.073.161,01	14.342.924,01
441	Imobilizações em curso	0,00		0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00		0,00	0,00
		36.307.084,58	5.101.193,89	31.205.890,69	31.762.705,02
	Circulante				
	Existências				
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	391.343,68		391.343,68	455.884,51
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00
32	Mercadorias	56.278,28		56.278,28	56.858,00
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00		0,00	0,00
		447.621,96		447.621,96	512.742,51
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazos (a)				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo				
28	Empréstimos concedidos	77.583,21		77.583,21	81.255,19
211	Clientes c/c	39.291,49		39.291,49	36.856,65
212	Contribuintes c/c	42.140,89		42.140,89	576.523,76
213	Utentes c/c	44.709,68		44.709,68	27.088,08
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	6.589.655,16	5.640.978,20	948.676,96	1.141.073,00
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00		0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00		0,00	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00		0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	0,00		0,00	4.865,89
264	Administração autárquica	0,00		0,00	0,00
262+263+267+268	Outros devedores	7.216.433,19	2.280.146,49	4.936.286,70	3.249.103,63
		14.389.074,62	7.921.124,69	6.467.949,93	5.116.766,20
	Títulos negociáveis				
151	Ações	0,00			
152	Obrigações e títulos de participação	0,00			
153	Títulos de dívida pública	0,00			
159	Outros títulos	0,00			
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00			
	Depósitos em instituições financeiras e Caixa				
12	Depósitos em instituições financeiras	7.026.506,48		7.026.506,48	6.188.297,13
11	Caixa	38.802,57		38.802,57	4.391,95
		7.065.309,05		7.065.309,05	6.192.689,08
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proventos	1.263.428,00		1.263.428,00	2.103.122,31
272	Custos diferidos	68.904,66		68.904,66	5.394,93
		1.332.332,66		1.332.332,66	2.108.517,24
	Total de amortizações		176.131.155,18		
	Total de provisões.....		13.022.318,58		
	Total do activo	637.691.495,64	189.153.473,76	448.538.021,88	450.852.531,09

BALANÇO

Junho 12

PAG. 2

MUNICÍPIO DA MAIA

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		Junho 12	2011
		A B	A L
	Fundos próprios		
51	Património	301890.044,58	300.932.890,44
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	-14.963,94	-14.963,94
56	Reservas de reavaliação	0,00	
	Reservas		
571	Reservas legais	3.343.713,82	3.343.713,82
572	Reservas estatutárias	0,00	0,00
573	Reservas contratuais	0,00	0,00
574	Reservas livres	0,00	0,00
575	Subsídios	1993.845,39	870.424,02
576	Doações	4.638.381,05	4.560.318,60
577	Reservas decorrentes de transferências de activos	2.100.329,37	2.100.329,37
578	Cedências	3.488.639,26	3.488.639,26
579	Outras	3.158.540,34	3.158.540,34
59	Resultados transitados	-6.694.001,64	-2.705.854,83
88	Resultado líquido em exercício	-2.475.860,39	-3.988.146,81
		311.428.667,84	311.745.890,27
	Passivo		
292	Provisões para riscos e encargos	3.178.456,99	3.178.456,99
		3.178.456,99	3.178.456,99
	Dívidas a terceiros - Médio e Longo Prazos (a)		
2312	Empréstimos obtidos de MLP	40.245.701,45	43.991.734,90
2617	Fornecedores de Imobilizado MLP	792.994,79	898.727,43
		41.038.696,24	44.890.462,33
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo	0,00	
2312	Empréstimos obtidos de MLP - Amortizações exigíveis a curto prazo	7.480.471,74	7.465.728,63
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00
221+223	Fornecedores c/c	526.469,80	395.530,11
227+228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	787.215,35	861.470,69
252	Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00
217	Clientes e utentes c/ cauções	1.925.819,77	1.892.464,63
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	29.200,00	29.200,00
2611+2612+2613+2614	Fornecedores de imobilizado c/c	7.438.447,14	7.920.014,95
2615	Fornecedores Imobilizado - Facturas em recepção e conferência	47.865,21	102.114,42
2617	Fornecedores de Imobilizado MLP - Amortizações exigíveis a curto prazo	211.465,28	211.465,28
24	Estado e outros entes públicos	264.781,92	221.056,67
264	Administração autárquica	0,00	0,00
262+263+267+268	Outros credores	6.481.462,74	6.329.305,55
		25.193.198,95	25.428.350,93
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	3.237.059,03	2.603.113,48
274	Proveitos diferidos	64.461.942,83	63.006.257,09
		67.699.001,86	65.609.370,57
		137.109.354,04	139.106.640,82
	Total dos fundos próprios e do passivo	448.538.021,88	450.852.531,09

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

MUNICÍPIO DA MAIA

Código das Contas	Demonstração de Resultados	Exercícios			
		Junho 12		Junho 11	
	Custos e Perdas				
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				
	Mercadorias	1.147,32			
	Matérias	39.1575,66	392.722,98	479.824,89	479.824,89
62	Fornecimentos e serviços externos		6.727.204,64		6.481.802,50
64	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	7.952.347,14		8.326.678,76	
643 a 648	Encargos sociais:				
	Pensões	2.742,26		8.057,16	
	Outros	1673.993,73	9.629.083,13	1.725.495,71	10.060.231,63
63	Transferências correntes concedidas e prestações sociais		2.481.779,09		1.773.301,55
66	Amortizações e Ajustamentos do Exercício		7.926.639,17		7.889.134,38
67	Provisões		754.473,47		1610.267,43
65	Outros custos e perdas operacionais		27.557,85		84.026,36
	(A)		27.939.460,33		28.378.588,74
68	Custos e Perdas Financeiras		1.402.042,37		927.118,77
	(C)		29.341.502,70		29.305.707,51
69	Custos e perdas extraordinárias		2.850.029,40		2.873.871,22
	(E)		32.191.532,10		32.179.578,73
88	Resultado líquido do exercício		-2.475.860,39		-1.448.612,32
			29.715.671,71		30.730.966,41
	Proveitos e Ganhos				
71	Vendas :				
	Mercadorias	1.267,62		1.466,24	
	Venda de produtos				
	Prestações de Serviços	1.770.081,96		1.750.778,21	
	Rendas + Seminários, exposições e similares	1.244.789,00	3.016.138,58	1.209.309,28	2.961.553,73
72	Impostos, taxas, Outros		17.138.199,79		15.461.051,05
	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria empresa				
73	Proveitos suplementares		27.794,89		20.981,01
74	Transferências e subsídios correntes obtidos:				
741	Transferências - Tesouro				
742+743	Outras		7.703.581,61		8.091.437,53
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		12.282,94		7.077,93
	(B)		27.897.997,81		26.542.101,25
78	Proveitos e Ganhos Financeiros		145.950,70		172.874,63
	(D)		28.043.948,51		26.714.975,88
79	Proveitos e ganhos extraordinários		1.671.723,20		4.015.990,53
	(F)		29.715.671,71		30.730.966,41
Resumo:					
	Resultados Operacionais:(B)-(A)=		-4.1462,52		-1.836.487,49
	Resultados Financeiros:(D-B)-(C-A)=		-1.256.091,67		-754.244,14
	Resultados Correntes:(D)-(C)=		-1.297.554,19		-2.590.731,63
	Resultado Líquido do Exercício:(F)-(E)=		-2.475.860,39		-1.448.612,32

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	Junho 12	Junho 11		Junho 12	Junho 11
68.1 Juros Suportados	823.029,36	898.645,63	78.1 Juros Obtidos	28.649,55	41283,33
68.2 Perdas em Entidades Participadas	0,00	0,00	78.2 Ganhos em Entidades Participadas	0,00	0,00
68.3 Amortizações de Investimentos em Imóveis	0,00	0,00	78.3 Rendimentos de Imóveis	4.659,24	4.476,78
68.4 Provisões para aplicações financeiras	556.814,33	9.117,19	78.4 Rendimentos de participação de capital	0,00	23.352,88
68.5 Diferenças de Câmbios Desfavoráveis	0,00	0,00	78.5 Diferenças de Câmbio Favorável	0,00	0,00
68.7 Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	78.6 Desc. De pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
68.8 Outros Custos e Perdas Financeiras	22.198,68	19.355,95	78.7 Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
RESULTADOS FINANCEIROS	-1.256.091,67	-754.244,14	78.8 Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	112.64191	103.78164
TOTAL	145.950,70	172.874,63	TOTAL	145.950,70	172.874,63

Unid:Euros

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS


CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	Junho 12	Junho 11		Junho 12	Junho 11
69.1 Transferências de Capital Concedidas	861390,33	918.484,26	79.1 Restituições de Impostos	0,00	0,00
69.2 Dívidas Incobráveis	0,00	0,00	79.2 Recuperação de Dívidas	0,00	0,00
69.3 Perdas em Existências	0,00	64.120,22	79.3 Ganhos em Existências	0,00	0,00
69.4 Perdas em Imobilizações	619,99	0,00	79.4 Ganhos em Imobilizações	533.369,29	471.103,18
69.5 Multas e Penalidades	2.854,48	0,00	79.5 Benefícios de penalidades contratuais	97.77160	327.537,60
69.6 Aumentos Amortizações Provisões	0,00	0,00	79.6 Reduções de amortizações e provisões	0,00	1733.63165
69.7 Correções relativos a exercícios anteriores	1835.288,99	1853.700,03	79.7 Correções relativos a exercícios anteriores	199.144,46	646.647,74
69.8 Outros Custos e Perdas Extraordinários	149.875,61	37.566,71	79.8 Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	841437,85	837.070,36
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	-1.178.306,20	1.142.119,31	TOTAL	1.671.723,20	4.015.990,53
TOTAL	1.671.723,20	4.015.990,53	TOTAL	1.671.723,20	4.015.990,53

Unid:Euros

2
0
1
2

RELATÓRIO SÍNTESE DA SROC

maia
CÂMARA MUNICIPAL



2
0
1
2

maia
CÂMARA MUNICIPAL